

DATA MERCANTIL

São Paulo



SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM ✓ TRANSPARÊNCIA, ✓ SEGURANÇA E ✓ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

SÃO PAULO, Sexta-Feira, 24 de abril de 2026 | edição nº 1514

R\$ 2,50

PREÇO DO PETRÓLEO SOBE ATÉ 5% E ATINGE MAIOR VALOR EM DUAS SEMANAS COM TENSÕES NO IRÃ

O preço do petróleo voltou a subir nesta quinta-feira (23) e atingiu o seu maior valor em mais de duas semanas. O barril Brent, referência mundial, chegou a alcançar US\$ 107,37, alta de 5,35%, na maior cotação desde 7 de abril, quando foi a US\$ 111,80.

Por volta das 15h20, a commodity avançava 2,98%, a US\$ 104,91. O petróleo WTI (West Texas Intermediate), usado nos EUA, subia 3,01%, a US\$ 95,76 -na máxima, chegou a US\$ 98,40, alta de 5,85%.

A alta ocorre com investidores temendo uma interrupção maior na oferta da commodity após as tensões no Oriente Médio aumentarem. Nesta tarde, meios de

comunicação iranianos disseram ter ouvido explosões em Teerã, capital do Irã.

Apesar de estarem em meio a um cessar-fogo, EUA e Irã não têm mantido negociações por uma trégua definitiva e seguem com o fluxo marítimo pelo estreito de Hormuz paralisado.

Segundo veículos da imprensa do Irã, várias explosões foram ouvidas na noite desta quinta-feira (23) na capital do país, Teerã.

A agência estatal de notícias Irna afirmou que "foram ouvidos disparos da defesa antiaérea" no oeste de Teerã. A agência Mehr indicou que os sistemas foram ativados contra "alvos hostis". Mais cedo nesta quinta, o presidente norte-americano, Donald

Trump, disse ter ordenado que a Marinha "atire e mate" qualquer barco iraniano colocando minas em Hormuz. "Nós temos total controle de Hormuz", afirmou.

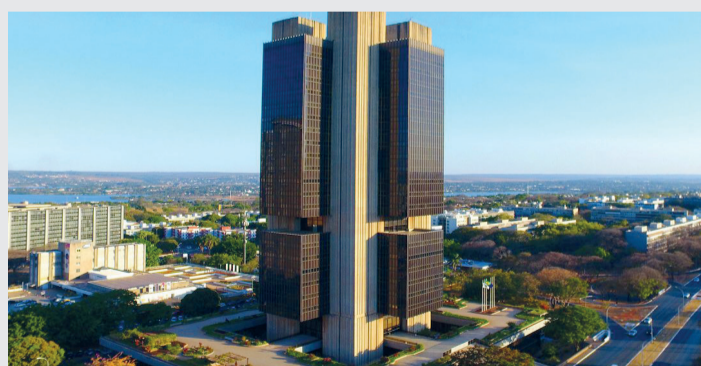
A intensificação das tensões ocorre em um contexto em que o estreito de Hormuz, via por onde passa cerca de 20% da produção global de petróleo e gás natural liquefeito passa.

Na quarta-feira (22), a Guarda Revolucionária do Irã anunciou que reteve dois navios-petroleiros que tentavam atravessar o estreito sem a sua autorização. Já o Comando Central dos Estados Unidos (CENTCOM) informou que "ordenou o retorno de 31 navios" como parte do "bloqueio contra o Irã".

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



BC reforça área de fiscalização e revisa plano de integridade sob impacto do caso Master

Lula aproveita desgaste de Trump e se prepara para eleição, dizem aliados

Gilmar diz que Brasil tem "paz política" graças ao inquérito das Fake News

Consumo em supermercados cresce 1,92% no primeiro trimestre



Prejuízo dos Correios triplica e chega a R\$ 8,5 bi em 2025



NO MUNDO

União Europeia aprova empréstimo de EUR 90 bilhões para Ucrânia e novo pacote de sanções à Rússia

A União Europeia aprovou formalmente nesta quinta-feira (23) um empréstimo de 90 bilhões (cerca de R\$ 523 bilhões) à Ucrânia, bem como um novo pacote de sanções contra a Rússia, informou a Presidência do bloco.

"A estratégia da UE para alcançar uma paz justa e duradoura na Ucrânia assenta em dois pilares: fortalecer a Ucrânia e aumentar a pressão sobre a Rússia. Hoje avançamos em ambos", afirmou o presidente do Conselho Europeu, António Costa, em uma publicação no X.

Os embaixadores da UE já haviam aprovado o empréstimo e o pacote de sanções na quarta-feira (22), após Hungria e Eslováquia terem retirado seus vetos.

O avanço ocorre pouco mais de uma semana depois de Viktor Orbán, aliado da Rússia, ter perdido as eleições legislativas para seu



rival conservador pró-Europa, Péter Magyar, que prometeu recompor os laços com o bloco de Bruxelas.

Orbán havia bloqueado o auxílio após acusar a Ucrânia de protelar o reparo de um oleoduto que, segundo Kiev, foi danificado por um drone russo. O oleoduto transporta petróleo russo para a Hungria e a Eslováquia. A retomada do fluxo de petróleo nesta quarta em paralelo à derrota de Orbán nas urnas abriu caminho para a aprovação do empréstimo. A Eslováquia também havia condicionado a

retirada de suas objeções à reabertura do oleoduto.

O presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, que viajará ao Chipre para a cúpula da UE nesta quinta, saudou a aprovação do empréstimo. "Este pacote fortalecerá nosso Exército, tornará a Ucrânia mais resiliente e nos permitirá cumprir nossas obrigações sociais para com os ucranianos", disse ele. "É importante que a Ucrânia obtenha esse nível de segurança financeira, após mais de quatro anos de guerra em grande escala", acrescentou.

Folhapress

Tiroteio em shopping dos EUA deixa ao menos 10 feridos

Pelo menos 10 pessoas ficaram feridas após uma suposta discussão que resultou em um ataque a tiros em um shopping na cidade de Baton Rouge, no estado da Louisiana, nos EUA, nesta quinta-feira (23), informou a polícia.

Uma busca está em andamento para encontrar pelo menos um atirador.

"Dois grupos de pessoas começaram a discutir na praça de alimentação e iniciaram uma troca de tiros", disse o chefe de polícia de Baton Rouge, Thomas Morse Jr., citando imagens de câmeras de segurança.

"Infelizmente, havia algumas pessoas inocentes na área que também podem ter sido atingidas pelos disparos", acrescentou.

A polícia não tinha informações sobre a gravidade dos ferimentos, mas afirmou que não há relatos de mortes.

O tiroteio não parece ter sido um ato aleatório de violência, "mas sim um desentendimento muito específico entre dois grupos de pessoas", disse Morse, acrescentando que não há ameaça conhecida ao público.

O FBI e o ATF (Departamento de Álcool, Tabaco, Armas de Fogo e Explosivos) informaram que também estão no local.

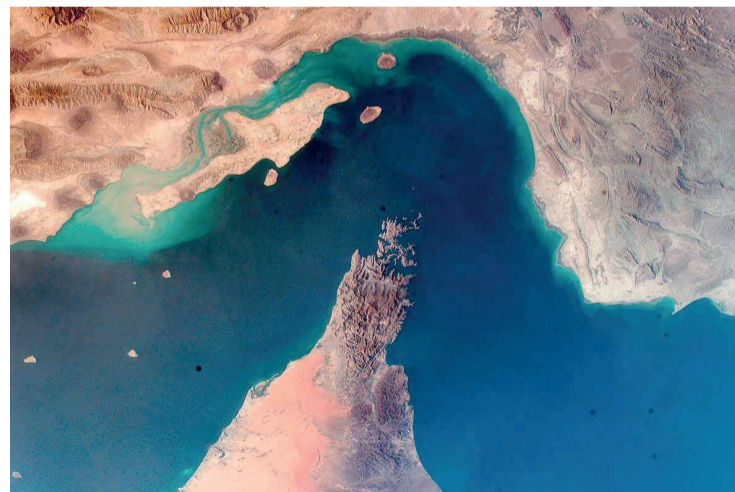
"Estou ciente da situação de atirador ativo no shopping Mall of Louisiana", disse o governador Jeff Landry.

"Estou em contato com as autoridades policiais e atualizaremos as informações assim que tivermos mais detalhes. Por favor, evitem a área", afirmou Landry.

Um funcionário da loja Hot Topic, dentro do shopping, disse à CNN que as pessoas aguardavam a ordem de mobilização e instruções da polícia.

CNN

EUA abordam navio com petróleo do Irã, e Teerã cobra pedágio em Hormuz



Em mais um dia de escalada nas provocações entre Irã e Estados Unidos durante a trégua adiada indefinidamente por Donald Trump, forças americanas pararam e abordaram um navio com petróleo iraniano no oceano Índico nesta quinta-feira (23). Segundo postagem do Departamento de Defesa, o Majestic X não foi apreendido como o cargueiro Touska havia sido no domingo (19), mas o destino da embarcação não está claro. Ela é um petroleiro de frota fantasma sob sanções americanas, que usualmente usa bandeira da Guiana para disfarçar sua carga.

A operação ocorreu longe da entrada para o golfo Pérsico, e envolveu he-

licópteros do Comando do Indo-Pacífico, que não está envolvido diretamente no conflito do Oriente Médio. Até a véspera, o Pentágono havia dito ter impedido o trânsito de 31 navios desde o início do embargo, na segunda retrasada (13). Ainda nesta quinta, Trump postou na rede Truth Social que ordenou a Marinha "atirar e matar" qualquer barco iraniano colocando minas em Hormuz, e voltou a dizer que seus navios especializados em desativar essas armas já operam na região. O jornal Washington Post afirmou que a estimativa para remover todos os riscos é de seis meses.

"Nós temos total controle de Hormuz", afirmou o americano, ignorando as

embarcações que furaram o bloqueio segundo monitores de tráfego marítimo. Ele disse ainda que os EUA não sentem pressão para encerrar a guerra contra o Irã, mas que "o tempo está se esgotando" para Teerã à medida que o conflito impacta cada vez mais a economia global. "Eu tenho todo o tempo do mundo, mas o Irã não", disse.

Já o Irã voltou a asseverar o controle sobre o estreito de Hormuz nesta quinta. Segundo o número 2 do Parlamento local, Hamid Rez Haj Babaei, Teerã recebeu e depositou no seu Banco Central a primeira leva de pagamentos do pedágio que o país quer instituir de navios transitando em Hormuz.

Igor Gielow/Folhapress

**DATA
MERCANTIL** **São Paulo**

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque
● Serviço Informativo: FolhaPress,
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-
Dinheiro, Notícias Agrícolas.

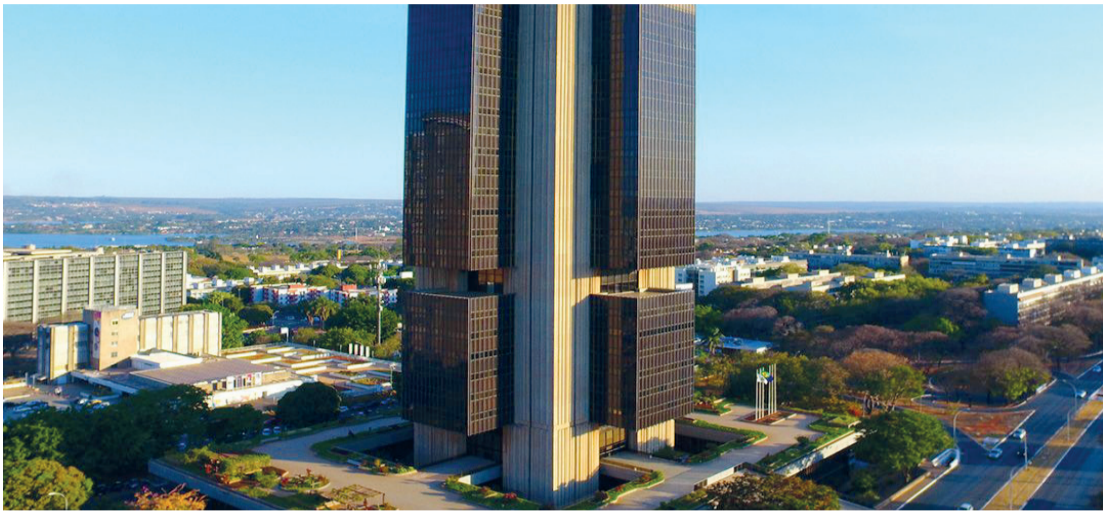
Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

BC reforça área de fiscalização e revisa plano de integridade sob impacto do caso Master



A cúpula do Banco Central decidiu reforçar a área de supervisão ao alocar 25% dos servidores aprovados no último concurso público em departamentos que ficam sob o guarda-chuva da diretoria de Fiscalização, comandada pelo diretor Ailton de Aquino. A decisão reflete o trabalho que vem sendo feito pelo órgão para fortalecer o monitoramento de instituições reguladas após o caso Master.

O BC também está finalizando a revisão do seu plano de integridade, com diretrizes que orientam a conduta de seus funcionários. Segundo um interlocutor a par das discussões, a expectativa é que as mudanças de governança

sejam divulgadas até o fim de maio.

A revisão do programa é prática periódica, mas o tema ganhou mais relevância após indícios de corrupção dos ex-gestores Paulo Sérgio Neves de Souza e Belline Santana, que, segundo investigações, foram cooptados pelo ex-banqueiro Daniel Vorcaro. O caso pode resultar na expulsão deles do BC, se considerados culpados pela CGU (Controladoria-Geral da União). Eles também são alvo de investigação na esfera criminal.

Dos 160 funcionários recém-chegados ao BC via concurso, distribuídos no início do ano em 27 setores do órgão, 25% foram direcionados para depar-

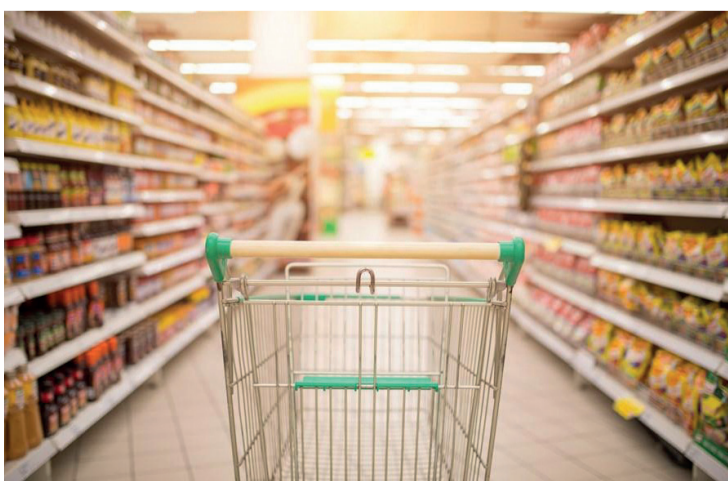
tamentos da diretoria de Fiscalização.

No departamento de Supervisão Bancária, que esteve no centro da polêmica com o Master, houve a entrada de dez servidores -quase todos em 26 de janeiro. A chegada de reforços ocorreu na mesma semana que o então chefe do setor, Belline Santana, e o chefe-adjunto, Paulo Sérgio, deixaram de exercer função comissionada (equivalente a cargo de confiança).

A integração repôs mão de obra perdida pelo setor anteriormente. Na reta final de 2025, após a liquidação do Master, houve saída de funcionários, seja por aposentadoria, seja por transferência para outros setores.

Folhapress

Consumo em supermercados cresce 1,92% no primeiro trimestre



O consumo dos brasileiros em supermercados registrou alta de 1,92% no primeiro trimestre de 2026, de acordo com balanço divulgado nesta quinta-feira (23) pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras).

No mês de março, o consumo foi 6,21% maior que em fevereiro. Já em relação a março do ano passado, o avanço foi de 3,20%.

Todos os dados foram deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) e abrangem todos os formatos de supermercados.

"O salto de março evidencia tanto a antecipação de compras para a Páscoa, celebrada no início de abril,

Quase 80% dos aluguéis nas capitais não são declarados à Receita, aponta estudo

Apenas dois em cada dez imóveis residenciais alugados nas capitais brasileiras geram renda declarada à Receita Federal, de acordo com estudo publicado pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), que aponta um índice de evasão de 79%. Em todo o Brasil, o número chega a 85%.

Os valores recebidos e não declarados são estimados em 56% dessa renda nas capitais e 64% para todo o país. São pelo menos R\$ 65 bilhões não informados, cerca de 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto).

Não há cálculo para o valor dos tributos sonegados, uma vez que o imposto depende da soma dos ganhos de cada proprietário. Os aluguéis são tributados pela tabela progressiva do Imposto de Renda, que prevê isenção para valores de até R\$ 5.000 e imposto de até 27,5% para rendas

acima disso.

Os resultados foram obtidos a partir do cruzamento de três bases de dados, que apontam diferenças entre o que os brasileiros declaram nas pesquisas do IBGE e os dados entregues à Receita.

Há informações sobre número de residências alugadas, segundo o Censo Demográfico, e das despesas com essas locações na POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares), ambas do IBGE. Esses dados foram comparados com a Dimob (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias), documento entregue pelas imobiliárias à Receita.

Os números apontam diferenças regionais. Os maiores índices de evasão estão em Manaus (99%), Boa Vista (98%) e São Luís (98%). Porto Alegre é a capital com o menor percentual (23%). Entre as metrópoles, o Rio de Janeiro lidera (82%), seguido de São Paulo e Brasília (ambas com 75%).

Folhapress



quanto o efeito-calendário de fevereiro, mês com menor número de dias", avalia a Abras.

A associação descreve que o desempenho também ocorreu devido à entrada de recursos na economia. "Em março, o Bolsa Família contemplou 18,73 milhões de lares, com transferência de R\$ 12,77 bilhões. Os recursos do PIS/PASEP injetaram cerca de R\$ 2,5 bilhões no segundo lote de pagamento", diz a entidade.

O Abrasmercado, indicador que mede a variação de preços de 35 produtos de largo consumo, registrou alta de 2,20% em março.

Nos meses anteriores, as variações haviam sido de +0,47%, em fevereiro, e de -0,16%, em janeiro. Com o

resultado, o valor médio da cesta passou de R\$ 802,88 para R\$ 820,54 no mês.

Entre os produtos básicos, a principal elevação foi do feijão (+15,40%), seguido pelo leite longa vida (+11,74%). No acumulado do trimestre, o feijão subiu 28,11%, enquanto o leite longa vida avançou 6,80%.

Também subiram a massa sêmola de espaguete (+0,91%), a margarina cremosa (+0,84%) e a farinha de mandioca (+0,69%).

Em sentido oposto, as principais quedas entre os básicos foram observadas em açúcar refinado (-2,98%), café torrado e moído (-1,28%), óleo de soja (-0,70%), arroz (-0,30%) e farinha de trigo (-0,24%).

Flávia Albuquerque/ABR

PUBLICIDADE LEGAL

DM Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 91.669.747/0001-92

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma for mencionado)

Balanço Patrimonial		Demonstração do Resultado	
	31/12/2025	2º Semestre 2025	2025
Ativo	31/12/2025		
Circulante	2.574.414		
Disponibilidades	126.406		
Instrumentos Financeiros	3.101.221	487.007	832.365
Aplicações interfinanceiras de liquidez	374.745	420.779	723.226
Títulos e valores mobiliários	62.878	45.462	65.816
Operações de crédito	1.556.061	20.766	43.323
Valores a Receber relativos a transações de pagamento	1.107.537		
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(819.380)	(133.479)	(237.271)
(-) Operações de crédito	(787.584)		
(-) Valores a Receber relativos a transações de pagamento	(31.796)		
Outros Ativos	166.167		
Não circulante	828.439	(436.001)	(801.958)
Instrumentos Financeiros	279.580	(82.473)	(206.864)
Aplicações interfinanceiras de liquidez LP	31.982		
Títulos e valores mobiliários LP	121.543		
Operações de crédito	125.928		
Valores a Receber relativos a transações de pagamento	127		
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(10.433)	(108.779)	(116.450)
(-) Operações de crédito	(10.430)		
(-) Valores a Receber relativos a transações de pagamento	(3)		
Ativos fiscais diferidos	210.417		
Outros Ativos LP	348.788		
Intangível	87		
Total do Ativo	3.402.853	26.306	(90.414)
Passivo	31/12/2025	3.658	3.658
Circulante	1.602.799	29.964	(86.756)
Depósitos e demais Instrumentos Financeiros	1.501.998	(12.554)	34.134
Depósitos a prazo	389.487		
Outros depósitos	17.477		
Obrigações por transações de pagamento	1.095.034		
Outras Obrigações	100.801	(7.372)	(7.372)
Fiscais e previdenciárias	59.423		
Provisões	41.301		
Outras obrigações	41.301		
Não Circulante	1.246.603	(12.554)	(12.554)
Depósitos e demais Instrumentos Financeiros	1.245.061	(12.554)	(12.554)
Depósitos a prazo LP	1.244.934		
Obrigações por transações de pagamento	127		
Outras Obrigações	1.542	(12.554)	(12.554)
Provisões LP	1.542		
Patrimônio Líquido	553.451	(26)	(26)
Capital social	772.737		
Outros resultados abrangentes	12.366		
Prejuízos acumulados	(231.607)		
(-) Ações em tesouraria	(45)		
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	3.402.853	22.424	(43.589)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/ (Prejuízos) Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	773.355	3.333	(236.858)	(45)	539.785
Ajuste líquido em 01 de janeiro de 2025 – adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966	-	-	57.873	-	57.873
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(52.622)	-	(52.622)
Ajuste a valor justo de TVM na categoria VJORA	-	15.098	-	-	15.098
Imposto diferido s/ TVM na categoria VJORA	-	(6.039)	-	-	(6.039)
Reclassificação de participação de não controladores (OPA)	(618)	-	-	-	(618)
Perda de capital não realizado (ações minoritárias canceladas)	-	(26)	-	-	(26)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	772.737	12.366	(231.607)	(45)	553.451
Saldos em 30 de junho de 2025	773.355	7.352	(249.017)	(45)	531.645
Lucro líquido do semestre	-	-	17.410	-	17.410
Ajuste a valor justo de TVM na categoria VJORA	-	8.400	-	-	8.400
Imposto diferido s/ TVM na categoria VJORA	-	(3.360)	-	-	(3.360)
Reclassificação de participação de não controladores (OPA)	(618)	-	-	-	(618)
Perda de capital não realizado (ações minoritárias canceladas)	-	(26)	-	-	(26)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	772.737	12.366	(231.607)	(45)	553.451

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2º Semestre 2025	2025	2º Semestre 2025	2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes da tributação sobre o lucro	29.964	(86.756)	196.194	(79.477)
Ajustes por:				
Amortização de ágio em compra de carteira	20.523	23.864	(82.116)	(82.116)
Amortização de intangível	5	9	(45)	(56)
Provisão/(reversão) de contingências	256	740		
Amortização de custos de transação na emissão de instrumentos de captação	3.830	7.198	(82.161)	(82.172)
Despesas incorridas de captação	128.672	228.255		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	436.001	801.958		
Resultado líquido ajustado	619.251	975.268	(61.135)	155.222
(Aumento) diminuição em ativos operacionais:				
Instrumentos financeiros	(735.947)	(1.000.798)		
Outros ativos	166.635	(14.419)		
Aumento (diminuição) em passivos operacionais:				
Obrigações por transações de pagamento	135.551	(40.108)		
Fiscais e previdenciárias	2.602	3.779		
Provisões	(8.670)	(12.520)		
Outras obrigações	24.141	16.690		
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(7.369)	(7.369)		
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais	196.194	(79.477)	196.194	(79.477)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Desembolso na aquisição de carteiras	(82.116)	(82.116)		
Aquisição de intangível	(45)	(56)		
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de investimento	(82.161)	(82.172)	(82.161)	(82.172)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Emissão de instrumentos de captação	19.886	636.195		
Resgate de captação – principal	(66.589)	(412.588)		
Juros pagos	(14.426)	(60.410)		
Custos de transação sobre emissão de instrumentos de captação	(6)	(7.975)		
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamento	(61.135)	155.222	(61.135)	155.222
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	52.898	(6.427)	52.898	(6.427)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do semestre/exercício	331.506	390.831		
No fim do semestre/exercício	384.404	384.404		
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	52.898	(6.427)	52.898	(6.427)

Tharik Camocardi de Moura – Diretor e Relação com Investidores

Denís César Correia – Diretor Presidente

Bruno Pascele Piva – Controller CRC 1SP 267.093/0-2

Carolina Camacho de Paula – Contadora CRC 1SP 317.067/0-7

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

O Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 17 de abril de 2026, pela KPMG Auditores Independentes Ltda., inscrita no CRC sob o nº CRC 2SP 014428/0-6 SP, sem ressalvas, está sendo apresentado na íntegra, na versão completa destas demonstrações financeiras, que estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Lula aproveita desgaste de Trump e se prepara para eleição, dizem aliados



Ao embarcar em confronto aberto com Trump, o presidente Lula da Silva se antecipa ao risco de uma interferência americana nas eleições deste ano e procura aproveitar o desgaste político enfrentado pelo colega por conta da guerra no Irã. A avaliação é feita nos bastidores por aliados próximos do Lula, que enxergam no movimento do presidente brasileiro uma espécie de “vacina” para a disputa nas urnas em outubro.

PEC 6x1: Hugo fala em relator com boa interlocução e cita Paulinho da Força

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse nesta quinta-feira (23) que está buscando um deputado com “boa interlocução” na Casa para ser relator da PEC da 6x1 na comissão especial. Ele citou Paulinho da Força (Solidariedade-SP) como um nome possível, mas a definição será feita na semana que vem.

Hugo reforçou que não tem um nome definido para a presidência e para a relatoria no órgão colegiado. Ele disse que vai criar nesta sexta a comissão e que a instalação será feita na próxima semana, assim como a definição de um cronograma dos trabalhos. A meta do presidente da Câmara é aprovar o texto em plenário até o final de maio.

“Ainda estou definido o presidente e relator e vou definir até a próxima semana com um cronograma.

Paulinho é um dos nomes, mas tem outros que estamos analisando. Precisamos de alguém que tenha interlocução na Casa”, disse Motta.

A declaração foi feita na entrada de um evento do grupo Lidera+, programa de formação política voltado para mulheres do partido Solidariedade. Hugo e Paulinho chegaram juntos ao evento e participaram lado a lado da mesa. O presidente da Câmara reforçou o histórico sindical de Paulinho como uma experiência importante para o cargo.

Outros nomes ainda são ventilados. Um dos cotados é o próprio relator do texto na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), Paulo Azi (União-BA). Ele agrada a uma parte do centrão e da oposição na Casa. O líder do PL na Câmara, Sostenes Cavalcante (RJ), disse que Azi era uma “boa opção” para os debates na Casa.

CNN

Embora tenha se acirrado diante da polêmica envolvendo o agente da PF que atuou no caso do ex-deputado Alexandre Ramagem nos Estados Unidos, a tensão entre Lula e Trump teve início dias antes, com uma sucessão de discursos críticos do petista ao colega americano durante viagem oficial à Europa.

Segundo fontes próximas a Lula, o plano do petista é “tirar uma lasca” do desgaste sofrido por Trump por conta da guerra no Oriente Médio. O movimento do presidente brasileiro, segundo esses mesmos aliados, viabiliza uma aproximação do petista com governos europeus, fortemente impactados pela variação do petróleo no mercado internacional.

Ao reverberar críticas a Trump durante a viagem oficial, Lula, na visão de sua equipe, pavimenta o terreno para garantir o apoio de chefes de Estado europeus

mais adiante, caso o americano tente interferir na eleição brasileira em favor do rival Flávio Bolsonaro (PL).

Segundo fontes, a decisão do governo Trump de determinar que o delegado da Polícia Federal Marcelo Ivo deixasse o país, sob alegação de que teria tentado manipular o sistema de imigração americano, é mais um exemplo do que pode vir pela frente no período eleitoral.

No Palácio do Planalto, o caso acaba trazendo de volta ao debate político o tema da defesa da soberania nacional. O embate com Trump por conta do tarifaço imposto pelos Estados Unidos contribuiu à época para dar um respiro para Lula, diante da crise de popularidade vivida pelo presidente.

Lula e Trump chegaram a protagonizar alguns meses de lua-de-mel, inclusive com a promessa de um encontro presencial na Casa Branca.

CNN

PUBLICIDADE LEGAL

DÓLAR
 compra/venda
 Câmbio livre BC - R\$ 4,9533 / R\$ 4,9539 **
 Câmbio livre mercado - R\$ 5,0010 / R\$ 5,0030 *
 Turismo - R\$ 5,0180 / R\$ 5,1980
 (*) cotação média do mercado
 (**) cotação do Banco Central
 Variação do câmbio livre mercado no dia: +0,59%
BOLSAS
 B3 (Ibovespa) Variação: -0,78%
 Pontos: 191.378
 Volume financeiro: R\$ 25,020 bilhões
 Maiores altas: Hapvida ON (+5,14%), WEG ON (+1,86%), TIM ON (+1,56%)
 Maiores baixas: C&A ON (-5,85%), Vamos ON (-5,68%), Braskem PNA (-5,01%)
 S&P 500 (Nova York): -0,41%
 Dow Jones (Nova York): -0,36%
 Nasdaq (Nova York): -0,89%
 CAC 40 (Paris): 0,87%
 Dax 30 (Frankfurt): -0,16%
 Financial 100 (Londres): -0,19%
 Nikkei 225 (Tóquio): -0,75%
 Hang Seng (Hong Kong): -0,95%

DMCard Securitizadora S.A.										
CNPJ/MF nº 36.238.874/0001-29										
As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.										
As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/										
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma for mencionado)										
Balancos Patrimoniais		Demonstrações dos Resultados				Demonstrações dos Fluxos de Caixa				
Ativo	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024		
Circulante	41.374	84.920	307	308	Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Caixa e equivalentes a caixa	39	3.787	Receita Líquida	307	Resultado antes do IRPJ e CSLL				606	112
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	3.786	Reversões/(Provisões)	(19)	Ajustes por:					
Títulos e valores mobiliários	39	1	Receitas/(Despesas) operacionais	(19)	Provisão para contingências				19	-
Ativos vinculados	40.438	81.017	(-) Resultado operacional antes do resultado financeiro	288	Amortização dos custos de transação				(71)	-
Caixa Restrito	5.138	5.808	Despesas financeiras	11.868	Juros provisionados sobre debêntures				11.227	15.969
Direitos creditórios	35.300	75.209	(11.550)	(16.288)	Resultado líquido ajustado				11.781	16.081
Outros ativos	897	116	(=) Resultado Financeiro Líquido	318	(Aumento) diminuição em ativos operacionais:					
Contas a receber	857	-	(=) Resultado antes do IRPJ e CSLL	606	Caixa restrito				670	4.784
Impostos a Recuperar	40	38	Imposto de renda	(132)	Direitos creditórios				39.909	51.497
Despesas antecipadas	-	78	Contribuição social	(56)	Contas a receber				(857)	166
Não Circulante	30	73	Ativo fiscal diferido	6	Impostos a recuperar				(2)	(36)
Títulos e valores mobiliários	24	-	(=) Lucro líquido do exercício	424	Despesas antecipadas				150	78
Outros ativos	6	73	Lucro líquido por ação - R\$	4,24	Aumento (diminuição) em passivos operacionais:					
Despesas antecipadas	-	72	Demonstrações dos Resultados Abrangentes							
Ativo fiscal diferido	6	1	2025		2024					
Total do ativo	41.404	84.993	Resultado líquido do exercício		424		82			
Passivo	2025	2024	Outros resultados abrangentes		-		-			
Circulante	40.463	44.355	Total do resultado abrangente do exercício		424		82			
Recursos de Debêntures	40.438	40.877	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido							
Obrigações por emissão de Debêntures	40.438	40.877	Reserva		Total do					
Outras obrigações	25	3.478	Capital social	Legal	Especial	Lucros	De	patrimônio		
Adiantamento de recebíveis	-	3.451	100	14	78	245	liquido			
Fornecedores	1	1	Saldos em 31/12/2023							
Impostos a recolher	1	3	-	-	-	82	437			
Obrigações societárias	23	23	Lucro líquido do exercício							
Não Circulante	21	40.142	Destinação sobre o lucro líquido:							
Outras obrigações	21	2	Reserva legal							
Provisões	21	2	Dividendos mínimos obrigatório							
Recursos de Debêntures	-	40.140	Saldos em 31/12/2024							
Obrigações por emissão de Debêntures	-	40.140	100	18	78	300	496			
Patrimônio líquido	920	496	Lucro líquido do exercício							
Capital social	100	100	Destinação sobre o lucro líquido:							
Reserva legal	20	18	Reserva legal							
Reserva especial	184	78	Reserva Especial de Lucros							
Reserva de lucros	616	300	Saldos em 31/12/2025							
Total do passivo e do patrimônio líquido	41.404	84.993	100	20	184	616	920			

DM Sociedade de Crédito Direto S.A.										
CNPJ/MF nº 37.555.231/0001-71										
As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.										
As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/										
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma for mencionado)										
Balancos Patrimoniais		Demonstração do Resultado				Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido				
Ativo	2025	2º Semestre Exercício		Capital Social		Prejuízos Acumulados		Total do Patrimônio Líquido		
Circulante	757	2025	2025	2.735	(1.484)	1.251				
Disponibilidades	-	65	130	Prejuízo líquido do exercício		(229)		(229)		
Instrumentos financeiros	653	Operações de crédito	1	2	Saldos em 31/12/2025		2.735		(1.713)	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	61	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	64	128	Saldos em 30/06/2025		2.735		(1.676)	
Títulos e valores mobiliários	591	Resultado de intermediação financeira	65	130	Prejuízo líquido do semestre		-		(37)	
Operações de crédito	1	Receita/(Despesas) operacionais	(102)	(359)	Saldos em 31/12/2025		2.735		(1.713)	
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1	Despesas administrativas	(85)	(338)	Demonstração do Fluxo de Caixa					
Operações de crédito	1	Despesas tributárias	(3)	(6)	2º Semestre Exercício		2025		2025	
Outros créditos	103	Outras despesas operacionais	(14)	(15)	Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Rendas a receber	10	Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro	(37)	(229)	Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro		(37)		(229)	
Impostos e contribuições a compensar e a recuperar	93	Tributos sobre o lucro	-	-	Resultado líquido ajustado		(37)		(229)	
Não Circulante	277	Imposto de renda	-	-	(Aumento) diminuição em ativos operacionais:					
Instrumentos financeiros	277	Contribuição social	-	-	Instrumentos financeiros		(242)		305	
Títulos e valores mobiliários	277	Prejuízo líquido do semestre e exercício	(37)	(229)	Outros créditos		(3)		(24)	
Total do ativo	1.034	Prejuízo líquido por ação - R\$	(0,01)	(0,08)	Aumento (diminuição) em passivos operacionais:					
Passivo	2025	Demonstração do Resultado Abrangente								
Circulante	12	2º Semestre Exercício		2025		2025				
Outras Obrigações	12	Prejuízo líquido do semestre e exercício		(37)		(229)				
Fornecedores	11	Outros resultados abrangentes do período, segregados em:		-		-				
Fiscais e previdenciárias	1	a) itens que poderão ser reclassificados para o resultado		-		-				
Patrimônio líquido	1.022	b) itens que não poderão ser reclassificados para o resultado		-		-				
Capital social	2.735	Resultado abrangente do semestre e exercício		(37)		(229)				
Prejuízos acumulados	(1.713)	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras								
Total do passivo e patrimônio líquido	1.034	Denís César Correia		Tharik Camocardi de Moura		Carolina Camacho de Paula				
		Diretor Presidente		Diretor Financeiro		Contadora CRC ISP 317.067/0-7				

O Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 23 de março de 2026, pela KPMG Auditores Independentes Ltda., inscrita no CRC sob o nº CRC 25P 014428/0-6 SP, sem ressalvas, está sendo apresentado na íntegra, na versão completa destas demonstrações financeiras, que estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Gilmar diz que Brasil tem "paz política" graças ao inquérito das Fake News



O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), defendeu nesta quinta-feira (23) a importância do chamado "Inquérito das Fake News" e afirmou que o Brasil vive um "estágio de paz política" graças a ele.

Segundo Gilmar, apesar das críticas, o inquérito não deve ser encerrado antes das eleições presidenciais de 2026. O ministro argumentou que o pleito motiva maiores críticas ao STF, que acabam virando tema de campanha. Por isso, seria importante a Corte manter um "instrumento de defesa".

"O Brasil está nesse estágio de paz política hoje por causa do inquérito. Ele vai

terminar quando acabar. Eu acho difícil acabar antes das eleições, porque os ataques contra o STF recrudesceram-se. A gente tem um pouco de prática em relação a isso. Diante de câmeras, ficam esses valentões aí, são falsos tigrões. Estão fazendo ataques, fazendo campanha. E eu acho que o tribunal precisa de instrumentos efetivos de defesa", afirmou o ministro em entrevista ao Correio Braziliense.

Gilmar disse ainda que o trâmite do inquérito é "bem controlado" e não há risco de abusos: "A PGR pede medidas, o relator examina e a PF investiga. Não há risco de abuso", defendeu.

A CNN mostrou que o inquérito deve seguir em

tramitação até pelo menos o final do primeiro semestre de 2027, a despeito da mobilização de uma ala do STF para encerrá-lo ainda neste ano.

A tendência é a de que o ministro Alexandre de Moraes, relator do processo, analise a possibilidade de concluir o inquérito quando estiver prestes a assumir a presidência do tribunal em setembro do próximo ano.

O inquérito foi aberto de ofício, sem provocação de órgãos de investigação, pelo então presidente do STF, Dias Toffoli, que designou Moraes como relator, sem realização de sorteio, como costuma ocorrer.

PUBLICIDADE LEGAL

INSTITUTO NACIONAL DE TALENTOS – BANCO DE TALENTOS

CNPJ/ME n.º 11.107.491/0001-90

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Registro Primitivo n.º 25.822 em sessão de 03/08/2009 no 9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo – SP. O Instituto Nacional de Talentos – Banco de Talentos, com sua sede na Av. Alcântara Machado, n.º 2257, Bairro Mooca, São Paulo – SP, convoca nesta data de 22/04/2026 às 10h00, através do presente Edital de Convocação, todos os seus membros para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 30/04/2026 às 10h00 na própria sede do Instituto, para discutir e deliberar sobre as seguintes pautas: 1: Discutir e deliberar sobre a alteração dos membros da Diretoria Executiva do Instituto; 2: Discutir e deliberar sobre a alteração dos membros do Conselho Fiscal do Instituto; 3: Discutir e estabelecer a atual composição do quadro de integrantes do Instituto; 4: Discutir e deliberar sobre a alteração da razão social do Instituto; 5: Discutir e deliberar sobre a alteração do objeto social do Instituto; 6: Discutir e deliberar sobre a alteração do endereço comercial do Instituto; 7: Discutir e consolidar o Estatuto Social do Instituto; e 8: Discutir e tratar de assuntos gerais de interesse do Instituto. Obs.: Este Edital de Convocação será publicado em Jornal de Grande Circulação da Comarca de São Paulo – SP para que todos tenham ciência, como manda o Estatuto Social. São Paulo – SP, 22 de Abril de 2026. Presidente: Janira dos Santos Honorio

Lavoro Agro Holding S.A.

CNPJ/MF n.º 27.490.581/0001-43 – NIRE 35.300.503.112

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de março de 2026

Data, Hora e Local. 06/03/2026, às 9h00, na sede social da **Lavoro Agro Holding S.A.** ("Companhia").
Convocação e Presença. Dispensada a Convocação, por estarem presentes os representantes da totalidade do capital social. **Mesa.** Presidida pelo Sr. Carlos Alexandre Cosendey de Aquino e secretariada pelo Srta. Carolina Matos Costa Bayão. **Deliberações.** Os acionistas deliberaram, por unanimidade: **1.** Aprovar a renúncia apresentada, nesta data, por (a) **Julian Garrido Del Val Neto**, RG n.º 16.407.448, SSP/SP, CPF/MF n.º 112.057.538-93, ao cargo de Diretor VP Financeiro Companhia; (b) **Marcelo Amaral Neves Araújo Pessanha**, RG n.º 63.138.007, SSP/SP, CPF/MF n.º 071.835.746-95, ao cargo de Diretor VP Comercial e Marketing; (c) **Luiz Henrique Spinardi Cabral de Campos**, RG n.º 30199624 SSP/SP e CPF/MF n.º 324.706.168-16, ao cargo de Diretor VP Fusões e Aquisições da Companhia. (d) **Gustavo Javier Bonnet**, portador da cédula de identidade RNM n.º V611545-R, e do CPF/MF n.º 233.742.358-16, ao cargo de Diretor de Tesouraria da Companhia, concedendo aos membros renunciantes a mais plena, ampla, geral, irrevogável quitação em relação a todo e qualquer ato, fato, obrigação, omissão, decisão ou manifestação e/ou eventual valor devido em razão do exercício dos cargos de membro da diretoria, com relação ao período durante o qual exerceram tais cargos na Companhia, para nada mais deles reclamar. **2.** Aprovar a eleição do Sr. **Carlos Alexandre Cosendey de Aquino**, RG n.º 05908061-4, DETRAN-RJ, CPF/MF n.º 763.800.418-53, para o cargo de Diretor. **2.1.** O Diretor ora eleito toma posse de seus cargo mediante a assinatura do termo de posse, e aceita o cargo para o qual foi eleito, declarando expressamente, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Companhia, ainda que temporariamente, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeito de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. **3.** Aprovar a reforma completa e integral do Estatuto Social. **4.** Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações ora aprovadas. **Encerramento.** Nada mais a tratar, foi encerrada a Assembleia. São Paulo/SP, 06/03/2026. **Mesa:** Carlos Alexandre Cosendey de Aquino – Presidente; Carolina Matos Costa Bayão – Secretária. **Acionista Presente: Volterra Participações Ltda.** Carlos Alexandre Cosendey de Aquino. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado de registro sob o nº 132.422/26-8 em 12/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF n.º 57.494.031/0001-63 – NIRE 35.300.025.083

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

São convocados os acionistas da **Companhia Brasileira de Cartuchos**, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada às 8:00 horas do dia 30 de abril de 2026, na Avenida Humberto de Campos, n.º 3.220, Bocalina, Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, CEP 09426-900, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025. (b) Proposta da Diretoria sobre a destinação do resultado líquido do exercício e distribuição de dividendos. Achem-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos da Administração, exigidos pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Ribeirão Pires, 22 de abril de 2026. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** – Diretor Presidente; **Sandro Morais Nogueira** – Diretor Administrativo e Financeiro. (22, 23 e 24/04/2026)

Serra Azul Water Park S.A.

CNPJ/MF n.º 00.545.378/0001-70

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da **Serra Azul Water Park S.A.**, sociedade por ações com sede no Município de Itupeva, Estado de São Paulo, na Avenida Serra Azul nº 1.000, Bairro Rio Abaixo, CEP 13299-602, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 00.545.378/0001-70 ("Companhia"), com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE 35.3.0014168-7, em sessão de 6 de abril de 1995, e demais alterações, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 14:00 horas, em primeira convocação e, não havendo a presença de acionistas titulares de 1/4 (um quarto) das ações da Companhia com direito a voto, às 14:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, de modo exclusivamente digital (por meio da plataforma eletrônica Zoom, cujas informações de acesso serão franqueadas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, via e-mail ou Whatsapp previamente fornecido pelo acionista à administração da Companhia, com a seguinte Ordem do Dia: **a) Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Tomar as contas da administração e aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e **b) Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia. Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Os acionistas da Companhia que desejarem se fazer representados por procurador nas Assembleias deverão enviar as respectivas procurações devidamente assinadas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data da realização das Assembleias. Itupeva/SP, 22 de abril de 2026. **Alain Baldacci** – Diretor Presidente da Serra Azul Water Park S.A. (22, 23 e 24/04/2026)

Estática Engenharia Ltda.

CNPJ/MF N. 43.715.929/0001-00

Edital de Convocação Reunião de Sócios

Ficam convocados os sócios da **Estática Engenharia Ltda.** para se reunirem em Reunião de Sócio, a realizar-se no dia 30 de abril de 2026, em sua sede social, na Rua Dr. Cândido Espinheira, n. 143, Perdizes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05004-000, iniciando-se os trabalhos às 11:00 horas, em primeira convocação, ou, na ausência de quórum necessário, às 11h:30, em segunda convocação, instalando-se com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) registro e análise das consequências do falecimento do sócio Luiz Antonio Torres; (ii) resolução parcial da Sociedade em relação ao sócio falecido; (iii) recusa de ingresso dos herdeiros na Sociedade, bem como definição do responsável pela interlocução com o inventariante e herdeiros; (iv) definição dos critérios e termos para levantamento do balanço especial para fins de apuração de haveres; (v) alteração do Contrato Social; e (vi) aprovação das contas da administração da Sociedade. São Paulo/SP, 22 de abril de 2026. **José Marinho Pereira dos Santos** - Administrador. (22, 23 e 24/04/2026)

Ibasa Engenharia Ltda.

CNPJ/MF N. 59.209.809/0001-70

Edital de Convocação reunião de Sócios

Ficam convocados os sócios da **Ibasa Engenharia Ltda.** para se reunirem em Reunião de Sócio, a realizar-se no dia 30 de abril de 2026, em sua sede social, na Rua Dr. Cândido Espinheira, n. 143, térreo, salas 1 e 2, Perdizes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05004-000., iniciando-se os trabalhos às 11:00 horas, em primeira convocação, ou, na ausência de quórum necessário, às 11h:30, em segunda convocação, instalando-se com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) registro e análise das consequências do falecimento do sócio Luiz Antonio Torres; (ii) resolução parcial da Sociedade em relação ao sócio falecido; (iii) recusa de ingresso dos herdeiros na Sociedade, bem como definição do responsável pela interlocução com o inventariante e herdeiros; (iv) definição dos critérios e termos para levantamento do balanço especial para fins de apuração de haveres; (v) alteração do Contrato Social; e (vi) aprovação das contas da administração da Sociedade. São Paulo/SP, 22 de abril de 2026. **José Marinho Pereira dos Santos** - Administrador. (22, 23 e 24/04/2026)

DM Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF n.º 16.581.207/0001-37

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

Balancos Patrimoniais		Demonstração do Resultado	
Ativo	31/12/2025	Passivo	31/12/2025
Circulante	837.449	Circulante	735.265
Disponibilidades	180	Instrumentos financeiros	701.745
Instrumentos Financeiros	1.042.344	Obrigações por transações de pagamentos	38.696
Aplicações interfinanceiras de liquidez	19.593	Obrigações com bandeira	438.121
Títulos e valores mobiliários	11	Obrigações por empréstimos e financiamentos	33.214
Operações com cartões de crédito	1.022.740	Obrigações por operações vinculadas à cessão	191.714
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(322.226)	Obrigações por operações vinculadas à cessão	191.714
(-) Prov. p/ operações com cartões de crédito	(322.226)	Outras Obrigações	33.520
Contribuições a Recuperar	36.159	Fiscais e previdenciárias	10.299
Outros Ativos	80.992	Outras obrigações	23.221
Não circulante	249.533	Não Circulante	157.716
Instrumentos Financeiros	35.139	Instrumentos financeiros	97.481
Títulos e valores mobiliários	10.477	Operações com cartões de crédito e financiamentos	619
Operações com cartões de crédito	9.731	Obrigações por operações vinculadas à cessão	96.862
Fundos de investimentos em direitos creditórios	14.931	Debêntures	(2.980)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(2.980)	(-) Prov. p/ operações com cartões de crédito	(2.980)
(-) Prov. p/ operações com cartões de crédito	(2.980)	Ativos fiscais diferidos	10.651
Outros Ativos	30.741	Passivos contingentes	5.131
Investimentos	120	Fiscais e previdenciárias	24.979
Outros investimentos	120	Obrigações fiscais diferidas	2.587
Imobilizado de Uso	476	Outras obrigações	27.538
Imóveis de uso	307	Patrimônio Líquido	194.001
Outras imobilizações de uso	169	Capital social	235.200
Intangível	175.386	Reserva de Lucros	592
Intangível	215.872	Outros resultados abrangentes	2.273
Amortização	(42.486)	Prejuízos acumulados	(44.064)
Total do Ativo	1.086.982	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.086.982

Demonstração do Fluxo de Caixa		Demonstração do Resultado Abrangente	
	2º Semestre 2025 a 31/12/2025	2º Semestre 2025 a 31/12/2025	01/01/2025 a 31/12/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(30.836)	(60.145)	(60.145)
Ajustes por:			
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	127.489	127.489	127.489
Provisão/(reversão) de contingências	2.107	1.329	1.329
Baixa de intangível	6.434	6.434	6.434
Depreciação e Amortização	7.248	11.367	11.367
Encargos de obrigações por empréstimos	7.432	9.935	9.935
Encargos de obrigações por debêntures	-	3.614	3.614
Encargos de obrigações por obrigações cessões	26.717	26.717	26.717
Encargos de obrigações por parcelamento de impostos	944	1.564	1.564
Cessão de dívida de mútuo sem financeiro	-	(9.594)	(9.594)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.183)	(13.430)	(13.430)
Resultado líquido ajustado	146.352	105.280	105.280
(Aumento) diminuição em ativos operacionais:			
Instrumentos financeiros	94.430	102.083	102.083
Operações com cartões de crédito	(67.549)	(67.549)	(67.549)
Contribuições a recuperar	13.918	15.956	15.956
Outros ativos	117.583	92.635	92.635
Aumento (diminuição) em passivos operacionais:			
Obrigações por transações de pagamentos	(1.375)	(1.664)	(1.664)
Obrigações com bandeira	(28.079)	(28.079)	(28.079)
Fiscais e previdenciárias	(2.450)	(4.863)	(4.863)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Resultado antes da tributação sobre o lucro	88.897	156.680	156.680
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aquisição de intangível	(2.204)	(9.838)	(9.838)
Aquisição de imobilizado	(181)	(181)	(181)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais	122.920	136.922	136.922
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de investimento	(2.385)	(10.019)	(10.019)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital social	-	40.000	40.000
Pagamento de parcelamento de impostos	(6.954)	(6.954)	(6.954)
Pagamentos de empréstimos	(25.692)	(58.692)	(58.692)
Juros pagos sobre empréstimos	(6.727)	(10.362)	(10.362)
Pagamentos de debêntures	-	(50.000)	(50.000)
Juros pagos sobre debêntures	-	(3.872)	(3.872)
Amortização de operações vinculadas à cessão	(18.129)	(18.129)	(18.129)
Juros pagos sobre operações vinculadas à cessão	(22.509)	(22.509)	(22.509)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamento	(80.011)	(130.518)	(130.518)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	6.501	16.143	16.143
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre/exercício	13.272	3.630	3.630
No fim do semestre/exercício	19.773	19.773	19.773
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	6.501	16.143	16.143

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	195.200	5.373	11.685	230	-	212.488
Ajuste líquido em 01 de janeiro de 2025 – adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966	-	-	1.608	-	-	1.608
Aumento de capital	40.000	-	-	-	-	40.000
Ajuste a valor justo de TVM na categoria VJORA	-	-	-	2.043	-	2.043
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(61.122)	(61.122)
Ajuste proforma laudo incorporação	-	-	(1.016)	-	-	(1.016)
Destinações:						
Reserva Legal	-	(5.373)	-	-	5.373	-
Reserva Estatutária	-	-	(11.685)	-	11.685	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	235.200	-	592	2.273	(44.064)	194.001
Saldos em 30 de junho de 2025	235.200	-	-	574	(12.563)	223.211
Ajuste líquido em 01 de janeiro de 2025 – adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966	-	-	1.608	-	-	1.608
Ajuste a valor justo de TVM na categoria VJORA	-	-	-	1.699	-	1.699
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(31.501)	(31.501)
Ajuste proforma laudo incorporação	-	-	(1.016)	-	-	(1.016)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	235.200	-	592	2.273	(44.064)	194.001

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

O Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 31 de março de 2026, pela KPMG Auditores Independentes Ltda., inscrita no CRC 250.014.428/0-6 SP, sem ressalvas, está sendo apresentado na íntegra, na versão completa destas demonstrações financeiras, que estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br



PUBLICIDADE LEGAL

Movecta S.A.

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 – NIRE 35.300.117.441

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas desta Companhia, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2026, às 10:00 horas em primeira convocação, na sede social da Companhia, na Rua Guararapes, nº 1909, 9º andar, Cidade Monções, São Paulo-SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. deliberar sobre o Relatório da Administração, bem como as Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; 2. deliberar sobre a proposta dos administradores para a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, compreendendo a constituição da reserva legal e demais destinações cabíveis; 3. deliberar sobre a distribuição de dividendos, conforme previsto no artigo 31 do Estatuto Social; 4. eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; 5. eleição dos membros da Diretoria da Companhia, bem como a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. deliberar sobre a alteração do endereço da matriz inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.317.751/0001-16, para Rua Surubim, 550, conjuntos 71 e 72, Vista Nações Unidas, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04571-050, bem como, da filial inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.317.751/0004-69, para o mesmo endereço; 2. aprovar a atualização do endereço da filial inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.317.751/0010-07, para Rodovia PE-60, KM 10, s/n, Zona Industrial 3 (ZI-3), Suape, Distrito Industrial de Ipojuca, Ipojuca/PE, CEP 55598-078, em razão de atualização cadastral promovida pela municipalidade, sem qualquer alteração de sua localização física; 3. deliberar sobre a proposta de alteração dos artigos 2º e 3º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a inclusão de novas atividades econômicas e atualização de informações cadastrais Companhia e de suas filiais; 4. dar ciência, deliberar e ratificar ou não, os atos praticados por Diretores e procuradores da Companhia; 5. a consolidação do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir as alterações ora deliberadas; e 6. outros assuntos de interesse social. São Paulo, 23 de abril de 2026. **Marilena Rodrigues Vasone** – Presidente. (23, 24 e 25/04/2026)

Taxas de juros sobem com temor de nova escalada da guerra e emissões do Tesouro Nacional



Os juros futuros negociados na B3 exibiram mais uma sessão de forte elevação nesta quinta-feira, 23, especialmente no miolo da curva a termo, cujos vencimentos chegaram a saltar mais de 20 pontos-base. Novamente, o principal foco de pressão veio da disparada do petróleo, com a percepção de que o conflito no Oriente Médio deve ter escalada adicional após o presidente do Parlamento do Irã, Mohammad Ghalibaf, ter deixado a equipe de negociadores com os Estados Unidos. Em menor medida, a atuação do Tesouro Nacional, com uma emissão forte de títulos prefixados, também contribuiu para o aumento dos prêmios dos DI's. No fechamento, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 subiu de 13,982% no ajuste de quarta para 14,14%. O DI para janeiro de 2029 saltou a 13,575%, vindo de 13,267% no ajuste anterior. O DI para janeiro de 2031 avançou de 13,36% no ajuste precedente para 13,625%.

Os ativos de risco, que já sofriam devido ao impasse nas tratativas entre Estados Unidos e Irã em meio a um frágil cessar-fogo, pioraram em bloco após relatos da mídia iraniana de que Ghalibaf abandonou a delegação de negociações de paz. Anunciadas na etapa final da sessão, as novas medidas do governo para mitigar os impactos da guerra no Brasil não aliviaram a curva. A Fazenda propôs ao Congresso reverter o aumento da arrecadação com petróleo em redução de tributos sobre combustíveis. Principal vetor sobre os prêmios de risco dos DI's desde a eclosão do confronto no Oriente Médio, o petróleo acelerou o ritmo de alta com a visão de que o conflito deve recrudescer, reacendendo temores de pressão inflacionária a uma semana da decisão do Comitê de Política Monetária (Copom). O barril do Brent para junho, que serve de referência para a Petrobras, fechou a sessão cotado a US\$ 105,07, com avanço de 3,1%.

IstoÉDinheiro

99PAY Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 24.313.102/0001-25

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Demonstrações Financeiras referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balço Patrimonial		Demonstração dos Resultados		Demonstração dos Fluxos de Caixa	
	31/12/2025	2º Semestre 2025		2º Semestre 2025	
Ativo		2025	2025		
Circulante					
Disponibilidades	69.880	329.893	612.316		
Caixa e equivalentes de caixa	69.880				
Ativos Financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.498.023				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	82.509	174.455	350.277		
Títulos e valores mobiliários	1.415.514	155.438	262.039		
Ativos Financeiros ao custo amortizado	1.555.290				
Relações Interfinanceiras	1.135.242	(373.448)	(642.413)		
Outros instrumentos financeiros	414.192	(19.768)	(35.237)		
Partes relacionadas	5.856	(334.744)	(578.644)		
Outros créditos	1.707				
Impostos a recuperar	74.782	(18.936)	(28.532)		
Total ativo circulante	3.199.682				
Não circulante					
Imobilizado	1.268	(18.936)	(28.532)		
Intangível	2.954	(43.555)	(30.097)		
Total ativo não circulante	4.222				
Total do ativo	3.203.904				
Passivo					
Circulante					
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.338.547				
Depósitos e obrigações por transações de pagamentos	2.289.622				
Empréstimos	48.925				
Outras obrigações	650.894				
Partes relacionadas	604.526				
Obrigações tributárias	2.038				
Obrigações trabalhistas	8.331				
Outras obrigações	35.999				
Total passivo circulante	2.989.441				
Não circulante					
Passivos financeiros ao custo amortizado	74.719				
Empréstimos	74.719				
Outras obrigações	9.451				
Outras obrigações	9.451				
Total passivo não circulante	84.170				
Patrimônio líquido					
Capital social	195.012				
Lucros/(prejuízos) acumulados	(64.719)				
Total patrimônio líquido	130.293				
Total do passivo e patrimônio líquido	3.203.904				

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – A 99PAY Instituição de Pagamento S.A., ("99Pay IP" ou "Instituição"), é constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede e foro na Avenida Paulista, 1912 – Andar 3, Salões 31, 32 e 33 – Edifício Paulista Office Park. CEP: 01310-924 – Bela Vista – São Paulo/SP. A 99Pay IP tem por objeto social ser uma solução integrada de pagamentos, designada para facilitar transações que forneçam mecanismos seguros aos usuários para pagamentos, recebimentos e investimentos, como (i) pagamento ao público e aporte e saque de recursos; (ii) emissão de instrumento de pagamento; (iii) gestão de uma conta que sirva para realizar pagamento; (iv) credenciamento para aceitação de um instrumento de pagamento; (v) administração dos envios e recebimentos de pagamentos realizados entre os usuários cadastrados ou usuários de outras instituições; (vi) emissão de moeda eletrônica; (vii) integração de meios de pagamento digitais a plataformas de comércio eletrônico ou presencial; (viii) gestão de contas de pagamentos de terceiros; (ix) atividades listadas no inciso III do art. 6 da Lei 12.865, de 09 de outubro de 2013; e ainda, a participação em outras sociedades como sócio ou acionista. A 99Pay IP foi constituída em 04 de março de 2016, sob a denominação Bepay Instituição de Pagamento S.A. Em AGE realizada em 17 de fevereiro de 2022, houve alteração do nome da Instituição para 99Pay Instituição de Pagamento S.A., na oportunidade, com alteração da sede da Instituição na Alameda Rio Negro, nº 585, 1º andar, conjunto 18, bloco A, Alphaville, Barueri/SP para a Avenida Hilário Pereira de Souza, nº 492, sala 2.603, Centro, Osasco/SP. A 99Pay IP obteve pelo Banco Central do Brasil ("BCEN"), em 10 de julho de 2024, a autorização para atuar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica pré-paga. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 19 de março de 2026.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais – As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), com observância à Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), às normas e instruções do Bacen e às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras da instituição estão apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 02/20. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Pronunciamentos CPC	Resolução BCB
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	120/21
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	120/21
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	02/20
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	07/20
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	02/20

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas

99PAY Instituição de Pagamento S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da 99PAY Instituição de Pagamento S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2026.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 000.160/0-5

Daniel Naves Marletto
Contador CRC-1MG 105.346/0-2





Capgemini Brasil Ltda.

CNPJ/MF nº 65.599.953/0001-63

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	6	202.379	169.376	Fornecedores		16.003	8.182
Contas a receber	7	223.055	193.778	Fornecedores - risco sacado	11	2.664	748
Adiantamentos a fornecedores e funcionários		8.554	5.720	Arrendamentos	17	8.581	9.010
Impostos e contribuições a recuperar	8	30.789	35.718	Salários e encargos sociais	12	124.773	99.646
Despesas antecipadas		4.878	4.139	Participação nos resultados e prêmios	13	56.665	39.190
Outros ativos		3.460	1.784	Obrigações tributárias	14	50.698	44.054
Total ativo circulante		473.115	410.515	Antecipação de clientes	15	58.509	57.411
Depósitos judiciais	16	11.824	13.636	Outras obrigações	18	59.141	60.468
Contas a receber	7	64.236	64.346	Contas a pagar com partes relacionadas	20	8.639	36.557
Outros ativos		74	141	Total passivo circulante		385.673	355.266
Impostos e contribuições a recuperar	8	624	10.377	Arrendamentos	17	8.238	11.384
Despesas antecipadas		2.813	1.007	Provisão para contingências	16	52.332	78.312
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	3.161	3.161	Total passivo não circulante		60.570	89.696
Total do realizável a longo prazo		82.732	92.668	Total do passivo		446.243	444.962
Imobilizado	9	66.567	68.170	Patrimônio líquido			
Intangível	10	32.546	34.355	Capital social	19	2.102.307	2.102.307
Total do ativo não circulante		181.845	195.193	Reserva de capital		67.117	67.117
Total do ativo		654.960	605.708	Prejuízos acumulados		(1.960.707)	(2.008.678)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de ágio	Debêntures Perpetuas	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2024		1.780.618	67.117	316.000	61	(2.012.990)	150.806
Aumento de capital		321.689	-	-	-	-	321.689
Resgate de debêntures		-	-	(316.000)	-	-	(316.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	4.251	4.251
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	(61)	61	-
Total de resultados abrangentes		-	-	-	-	4.312	4.312
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.102.307	67.117	-	-	(2.008.678)	160.746
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	47.971	47.971
Saldos em 31 de dezembro de 2025		2.102.307	67.117	-	-	(1.960.707)	208.717

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.1. Contexto operacional: A Capgemini Brasil Ltda. ("Capgemini" ou "Empresa") é uma sociedade limitada, com sede na Alameda Grajaú, nº 60, andar 14, CEP 06454-050, Barueri, Estado de São Paulo. A Empresa tem como atividades principais o desenvolvimento, implementação, comercialização de sistemas, a prestação de serviços e de assistência técnica a terceiros na área de informática, bem como a industrialização, importação, comercialização, locação, instalação e manutenção de equipamentos de processamento eletrônico de dados. A Empresa é controlada pela Capgemini SE com sede na França. Em 25 de julho de 2024 foi aprovado a compra das ações detidas pela Capgemini Business Service BV relativa à participação acionária sobre Capgemini Business Service Brasil - Assessoria Empresarial Ltda. A Empresa adquiriu nesta data 9,43% da participação da Capgemini Business Service Brasil - Assessoria Empresarial Ltda. pelo montante de R\$ 32.810.000,00 (trinta e dois milhões e oitocentos e dez mil reais) pago em dinheiro. Em ato contínuo a Capgemini Latin America S.A.S. transfere 90,57% de suas quotas que detinha de sua participação na Capgemini Business Service Brasil - Assessoria Empresarial Ltda. para a Capgemini Brasil Ltda. através de aporte de capital no montante de R\$ 321.688.826,16 (trezentos e vinte e um milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, oitocentos e vinte e seis reais e dezesseis centavos), dividido em 321.688.826,16 (trezentos e vinte e um milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, oitocentos e vinte e seis e dezesseis), quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada quota. A reunião de sócios realizada em 01 de agosto de 2024 deliberou a incorporação da Capgemini Business Service Brasil - Assessoria Empresarial Ltda. por sua sócia Capgemini Brasil Ltda. A operação foi aprovada com base em protocolo de incorporação e justificações da administração, no balanço patrimonial levantado em 01 de julho de 2024, cujo ativo líquido, avaliado a valor contábil, totalizou R\$ 355.182.539,65 (trezentos e cinquenta e cinco milhões, cento e oitenta e dois mil, quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e cinco centavos). A incorporação proposta faz parte do plano de consolidação e integração envolvendo a reestruturação societária das empresas do Grupo Capgemini no Brasil. Nesse contexto, a incorporação visa capturar sinergias existentes entre a incorporada e a incorporadora, bem como incrementar eficiência operacional por meio de redução significativa nos custos operacionais e de manutenção. O balanço patrimonial em 01 de julho de 2024 incorporado apresentava a seguinte posição resumida:

Capgemini Business Service Brasil - Assessoria Empresarial Ltda.

Ativo	Circulante	Realizável a Longo Prazo	Passivo	Circulante	Realizável a Longo Prazo
Caixa e equivalentes de caixa	95.147	320.167	Leasing a pagar	961	905
Contas a receber	29.319	2.822	Fornecedores	713	2.953
Outros Créditos	2.543	316.000	Obrigações tributárias	5.219	
Despesas Antecipadas	669	2.822	Outras obrigações	51.446	
Ativo Realizável a Longo Prazo	320.167	320.167	Outras provisões	3.472	
Depósitos judiciais	1.346	5.337	Passivo Não Circulante	3.858	
Debêntures	316.000	5.473	Leasing a pagar	905	
Imposto de renda e contrib. social diferidos	2.822	65	Outras provisões	2.953	
Ativo Permanente	5.337	65	Acervo líquido incorporado	355.183	
Imobilizado	5.473				
Intangível	65				
Total do ativo	420.851	420.851			

Capgemini Business Service Brasil - Assessoria Empresarial Ltda.

Leasing a pagar	961
Fornecedores	713
Obrigações tributárias	5.219
Outras obrigações	51.446
Outras provisões	3.472
Passivo Não Circulante	3.858
Leasing a pagar	905
Outras provisões	2.953
Acervo líquido incorporado	355.183

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 23 de abril de 2026. **1.2. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025: (a) Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Modelo Selectivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma, a ser sancionada pelo presidente da República. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC nº 214/2025. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. **(b) Imposição de tarifas de 50% sobre exportações brasileiras aos EUA:** Em 9 de julho de 2025, o Governo dos Estados Unidos da América (EUA) anunciou a imposição de uma tarifa de 50% sobre exportações brasileiras para os EUA, com vigência a partir de 1º de agosto de 2025 de setores como aeronáutica, papel e celulose, siderurgia, aeronáutica e calçados. A medida gerou preocupação de autoridades e impacto imediato nas empresas exportadoras, com variação de preços, maior volatilidade cambial e queda nos pedidos. Em novembro de 2025 houve redução parcial para alguns produtos e em fevereiro de 2026 a Suprema

Corte americana anulou o pacote tarifário anterior. A Administração da Empresa segue monitorando ativamente a situação, mas em nosso segmento, até o momento, não houve impacto. **2. Base de preparação -** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3 a 2.1. **2.1. Conversão de moeda estrangeira: a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). **b. Transações e saldos em moeda estrangeira:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os ganhos e perdas cambiais atrelados a operações de derivativos de proteção de risco cambial, são apresentados na demonstração do resultado como "custos ou despesas operacionais líquidas". **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.3. Ativos e passivos financeiros: Instrumentos financeiros ativos:** (i) **Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) **Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. (iii) **Classificação:** A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da Empresa para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável incluem: • Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Empresa decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Empresa considera essa classificação como sendo mais relevante. • Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Empresa é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. A Empresa classifica os seguintes ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, quando aplicável: • Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado. • Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e • Investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Empresa ter feito, ou não, a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Empresa reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. (iv) **Mensuração:** No reconhecimento inicial, a Empresa mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros. (v) **Redução do valor recuperável:** A Empresa avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	22	1.352.410	1.028.870
Custo dos produtos e serviços vendidos	23	(1.000.674)	(758.038)
Lucro bruto		351.736	270.832
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	23	(284.280)	(249.879)
Outras despesas	24	(18.834)	(13.450)
Outras receitas	24	5.259	1.524
Lucro operacional		53.881	9.027
Receitas financeiras	25	30.537	24.735
Despesas financeiras	25	(27.060)	(29.372)
Resultado financeiro		3.477	(4.637)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		57.358	4.390
Imposto de renda e contribuição social corrente	26	(9.387)	(1.838)
Imposto de renda e contribuição social diferido	26	-	1.699
Lucro líquido do exercício		47.971	4.251
Lucro (básico/diluído) por quota do exercício - R\$		0,0251	0,0022

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	47.971	4.251
Realização da reserva de reavaliação	-	61
Resultado abrangente total	47.971	4.312

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa aplica a abordagem simplificada conforme permitido CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. (vi) **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Empresa para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Empresa classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir: • Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. (vii) **Instrumentos patrimoniais:** A Empresa subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a administração da Empresa escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito da Empresa receber pagamentos é estabelecido, a menos que representem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por impairment (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo. (viii) **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito líquido não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. (ix) **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Apesar de a Empresa contratar instrumentos derivativos com o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa câmbio, a Empresa não adota hedge accounting. (x) **Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As variações do valor justo dos derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge de qualquer um desses instrumentos derivativos e são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em " Custos e Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas". **2.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo, decrescidas da perda estimada. **2.5. Depósitos judiciais:** Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade. Caso contrário, são apresentados no ativo não circulante. **2.6. Ativos intangíveis: a. Ágio:** O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. **b. Softwares:** As licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada de cinco anos. **2.7. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acu-

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	57.358	4.390
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações (Ganho)/Perda na alienação de bens do ativo imobilizado	24.210	25.816
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	489	(44)
Provisão (reversão) para contingências	3.235	744
Juros a valor presente - CPC 06 (R2)	(3.950)	(10.024)
Atualização monetária sobre provisão para contingências	4.174	3.040
Total	100.811	43.938

Variações nos ativos (aumento)/redução

Contas a receber	(32.402)	(5.852)
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	(2.834)	1.446
Impostos e contribuições a recuperar	14.682	(10.090)
Despesas antecipadas	(2.545)	(632)
Outros créditos	(1.609)	2.510
Depósitos judiciais	8.504	1.590

Variações nos passivos aumento/(redução)

Fornecedores	7.821	(12.243)
Fornecedores - risco sacado	1.916	(757)
Salários e encargos sociais	25.127	11.965
Participação nos resultados e prêmios	17.475	6.383
Obrigações tributárias	6.644	19.683
Antecipação de clientes	1.098	19.103
Outras obrigações	(1.327)	(39.081)
Contas a pagar com partes relacionadas	(27.918)	35.506
Caixa gerado pelas atividades operacionais	115.443	73.469
Contingências pagas	(44.017)	(49.485)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.387)	(1.139)

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais

62.039	23.845
---------------	---------------

... continuação

atual de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Administração, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os

impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensação quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.12. Benefícios aos empregados: Participação nos lucros:** A Empresa reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuído aos quotistas da Empresa após certos ajustes. A Empresa reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). **2.13. Capital social:** As quotas do capital social em valor nominal são classificadas no patrimônio líquido. **2.14. Reconhecimento de receita:** A Empresa reconhece receitas à medida em que as obrigações de desempenho são satisfetizadas, operacionalizado por um modelo de 5 passos para reconhecimento e mensuração: (1) Identificação de contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação de obrigação de desempenho prevista nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade atender uma obrigação de desempenho. A Empresa como prestadora de serviços de informática identificou que os seus critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes seguem as disposições da norma contábil. Suas receitas já são reconhecidas à medida em que a Empresa atende suas obrigações de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação. **Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto/serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)
Venda de produtos	Os clientes obtêm controle dos bens quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências do cliente. As faturas são emitidas naquele momento. Eles devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido. Alguns contratos permitem ao cliente devolver os produtos, nos casos de defeitos ou fora das especificações solicitadas. As mercadorias devolvidas são trocadas somente por novas Mercadorias.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos e que são particularmente bem específicos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.
Venda de software	Os clientes obtêm controle dos bens quando são disponibilizados através de chave de acesso. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido. Alguns contratos permitem ao cliente devolver as licenças, nos casos de defeitos ou fora das especificações solicitadas. As licenças devolvidas são trocadas somente por novas licenças.	A receita é reconhecida quando a chave de acesso é disponibilizada para o cliente, de forma a atender a obrigação de desempenho. Para contratos que permitem ao cliente devolver as licenças, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos e que são particularmente bem específicos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.
Serviços de desenvolvimento de sistemas e de consultoria	Os clientes homologam os devidos projetos de acordo com cada fase concluída. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido	A receita é reconhecida de acordo com a evolução física apurada mensalmente em cada projeto, conforme escopo contratado pelo cliente. O reconhecimento é revisado periodicamente junto ao cliente para que não haja riscos ou erro no reconhecimento da receita. Os adiantamentos recebidos estão incluídos nos passivos de contratos.
Serviços de manutenção de equipamentos	Tem como base contratos de manutenção de equipamentos de informática de longo prazo. A nossa responsabilidade se encerra no término do contrato, por isso o reconhecimento é mensal. São contratos baseados em valores fixos mensais e com condições de cobertura prefixadas. As faturas são emitidas mensalmente. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido	A receita é reconhecida quando cumprimos todas as nossas obrigações de desempenho. E, havendo, eventual risco, o mesmo é provisionado.

Devido à diversidade das categorias de nossos produtos, há vários eventos que geram o reconhecimento da receita, conforme abaixo demais categorias não citadas na tabela acima: **Receitas financeiras** – representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, impostos a recuperar, descontos obtidos junto a fornecedores, juros por atraso de clientes e outros. **2.15. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. A Empresa avaliou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução do valor recuperável e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. O ativo de direito de uso está sendo apresentado junto ao ativo imobilizado, conforme nota 9. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. A Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: - Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; - Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; - Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e - o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção. - Pagamentos de arrendamento a serem feitos sob uma opção de extensão se a Empresa estiver razoavelmente certo de que irá exercer a opção, e - Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Empresa optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos

de TI. A Empresa reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. A Empresa não apresenta contratos de arrendamentos em que atue como arrendador. Maiores detalhes sobre os arrendamentos estão apresentados na Nota 15. **2.16. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, bem como incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas às instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"); (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Empresa não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 – Instrumentos Financeiros – Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como "contracts referencing nature-dependent electricity". Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de "own use", (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Empresa está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais. IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparentes aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Empresa. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: • Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Empresa, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. • Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre

agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Empresa desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. • A Empresa não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permaneça inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. • No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Empresa não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **2.17. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025: Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 – "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Empresa não teve impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** – A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 26 – Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os valores provisionados de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos por estimativa mensal/balancete de suspensão. Há muitas transações e cálculos para os quais a determinação final de imposto é incerta, desse modo, o ajuste anual tem a finalidade de corrigir o saldo de acordo com o resultado final apurado pela Empresa. Para determinar o valor de ativos de imposto diferidos a serem reconhecidos para os quais é provável que o lucro tributável futuro seja compensado, a Empresa adota as alíquotas aplicadas aos prejuízos fiscais não utilizados e bases negativas, além de diferenças temporárias dedutíveis. A compensação de prejuízos fiscais no Brasil não prescreve, mas seu uso é limitado em cada ano fiscal a um máximo de 30% do lucro tributável anual. Ao determinar o valor de ativos de imposto diferido a serem reconhecidos, a Empresa considerou, entre outros, os seguintes fatores: (i) as razões subjacentes para ter incorrido em prejuízos fiscais e as medidas tomadas após as perdas serem sofridas para mitigar essas razões, inclusive a reestruturação de atividades e alterações em procedimentos e políticas; (ii) os mais recentes resultados tributáveis observados; (iii) a reversão de diferenças temporárias tributáveis existentes; e (iv) expectativa sobre lucro tributável futuro com base nos planos estratégicos. **Nota 22 – Receitas:** A Empresa reconhece receitas à medida em que as obrigações de desempenho são satisfetizadas. A Empresa como prestadora de serviços de informática identificou que os seus critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes seguem as disposições da norma contábil. Suas receitas já são reconhecidas à medida em que a Empresa atende suas obrigações de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação. Há necessidade de controle permanente e revisão mensal do reconhecimento de receita para garantir que o mesmo está em conformidade com o contrato e que o cliente esteja de acordo para que haja o faturamento e recebimento dos serviços prestados. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 7 – Provisão para perdas estimadas: mensuração de perda de crédito esperada; Nota 16 – Provisão para contingências: reconhecimento e mensuração desta provisão, principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. Notas 2.7 e 2.8 – Impairment de ágio: alteração no cenário econômico e premissas envolvidas; Nota 2.3 – Mensuração de instrumentos financeiros: mensuração de perda esperada. 4. Gestão de risco financeiro – 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Empresa a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda), risco de taxa de juros de fluxo de caixa, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Empresa se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa. A Empresa usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Empresa, que identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. **a. Risco de mercado: (i) Risco cambial:** A Empresa atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao euro e dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. O risco cambial à moeda funcional é administrado de forma corporativa. A Empresa cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação da tesouraria da Empresa. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. Embora a Empresa possa fazer uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). Nesse caso, as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa possui passivos denominados em moeda estrangeira equivalentes a R\$ 8.776 (2024 – R\$ 36.564), existindo instrumento para proteger parte da exposição nessas datas. **Análise de sensibilidade de câmbio:** A Empresa possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2025, conforme mencionado anteriormente e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa (dólar) de R\$ 5,50 para cenário possível, a taxa utilizada foi R\$ 6,88 considerando alta de 25%, e para o cenário remoto, taxa de R\$ 25 considerando uma alta de 50%. Desta forma, o quadro abaixo demonstra a simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	Provável	Possível	Remoto
Risco de câmbio			
Cenários e níveis de preço (dólar)	5,50	6,88	8,25
Contas a receber	30.437	38.074	45.566
Fornecedor	(138)	(173)	(207)
Partes relacionadas	(8.639)	(10.807)	(12.959)
Total	21.660	27.094	32.490
Efeito líquido total	-	5.434	10.830

	Provável	Possível	Remoto
Risco de câmbio			
Cenários e níveis de preço (dólar)	6,19	7,74	9,29
Contas a receber	22.139	27.683	32.256
Fornecedor	(7)	(9)	(11)
Partes relacionadas	(36.557)	(45.711)	(54.865)
Total	(14.425)	(18.037)	(22.650)

Efeito líquido total - (3.612) (8.225)
Uma valorização do Real contra as moedas acima, em 31 de dezembro de 2025, teriam o mesmo efeito, porém com o resultado oposto sobre as moedas apresentadas acima, considerando que todas as outras variáveis se mantiveriam constantes. **c. Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, principalmente no que se refere a contas a receber em aberto. A política de vendas da Empresa está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. A área de Análise de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, bem como a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência, além dos montantes já contabilizados. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras foi:

	2025	2024
Caixa e bancos	202.379	169.376
Contas a receber	287.291	258.124
Outros créditos	3.534	1.925
Total	493.204	429.425

A Empresa analisou seu histórico de perda para seus clientes por categoria (privado e público) e avaliou a expectativa de perda futura para seus clientes atuais, considerando sua experiência e análise de risco, com isso determinando a expectativa de perda esperada. **d. Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Empresa e agregada pela Diretoria de Finanças, em específico o departamento de Tesouraria que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Empresa e os passivos financeiros derivativos liquidados pela Empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos Entre um Entre dois		
	Saldo de	entre	e cinco
	contábil	ano	anos

Em 31 de dezembro de 2025			
Fornecedores	16.003	16.003	-
Fornecedores – risco sacado	2.664	2.664	-
Partes relacionadas	8.639	8.639	-
Em 31 de dezembro de 2024			
Fornecedores	8.182	8.182	-
Fornecedores – risco sacado	748	748	-
Partes relacionadas	36.557	36.557	-

4.2. Gestão de capital: Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Empresa pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a empresa monitora o capital com base no seguinte índice de alavancagem: **divida líquida** (calculada conforme demonstrado na tabela abaixo sobre o patrimônio líquido total). Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 podem ser assim sumarizados:

	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	202.379	169.376
Fornecedores risco sacado	(2.664)	(748)
Arrendamentos (Nota 17)	(16.819)	(20.394)
Caixa líquido	182.896	148.234
Total do patrimônio líquido	208.717	160.745
Índice de alavancagem financeira – %	87,63	92,22

O índice de dívida líquida sobre o patrimônio líquido reduziu de 92,22% para 87,63% como resultado, principalmente, do aumento dos fluxos de caixa operacionais. **5. Estimativa do valor justo** – Os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), está próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Empresa para instrumentos financeiros similares. Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão identificados a seguir:

	2025		2024	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	202.379	202.379	169.376	169.376
Contas a receber	287.291	287.291	258.124	258.124
Outros créditos	3.534	3.534	1.925	1.925
Total	493.204	493.204	429.425	429.425
Passivo				
Fornecedores	16.003	16.003	8.930	8.930
Contas a Pagar com Partes Relacionadas	8.639	8.639	36.557	36.557
Outras obrigações	59.141	59.141	60.468	60.468
Total	83.783	83.783	105.955	105.955

5.1. Hierarquia do valor justo: Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado no que diz respeito a alterações climáticas, tais como o aumento das taxas de juros e da inflação, bem como alterações devido ao risco ESG (nível 1). Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2). **5.2. Instrumentos financeiros por categoria:** A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Empresa mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	Ativos financeiros a custo amortizado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Contas a receber de clientes	287.291	258.124
Caixa e equivalentes de caixa	202.379	169.376
Total	489.670	427.500

Ativos financeiros não mensurados ao valor justo

	Ativos financeiros a custo amortizado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Contas a receber de clientes	287.291	258.124
Caixa e equivalentes de caixa	202.379	169.376
Total	489.670	427.500

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo

	Passivos financeiros a custo amortizado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Fornecedores	-	(16.003)
Fornecedores – risco sacado	(2.664)	(2.664)
Total	(2.664)	(2.664)

continua ...

... continuação

	Valor justo instrumento de hedge		Custo amortizado	Total			
Passivos de arrendamentos			(16.819)	(16.819)			
Partes relacionadas			(8.639)	(8.639)			
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado							
Valor justo instrumento de hedge	76	76	—	76			
	76	(44.125)	(44.049)				
31 de dezembro de 2024							
Fornecedores			(8.182)	(8.182)			
Fornecedores – risco sacado			(748)	(748)			
Passivos de arrendamentos			(20.393)	(20.393)			
Partes relacionadas			(36.557)	(36.557)			
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado							
Valor justo instrumento de hedge	58	58	—	58			
	58	(65.880)	(65.822)				
Os instrumentos derivativos contratados pela Empresa têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio, não são utilizados para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2025, havia operações de derivativos em aberto. As perdas e os ganhos com as operações de hedge são reconhecidos mensalmente na demonstração do resultado em "Resultado Operacional", considerando o seu valor justo (mercado). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Empresa registrou uma perda com instrumentos financeiros de hedge, de R\$ 1.670 (31 de dezembro 2024 – ganho de R\$ 905).							
6. Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024					
Caixa e bancos	68	142					
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	202.311	169.234					
	202.379	169.376					
A Empresa possui aplicação financeira em CDB com taxa de remuneração entre 100,5% e 102,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e demais aplicações financeiras são aplicações compromissadas com os bancos Itaú e Bradesco, uma modalidade com resgate diário e sem IOF e taxa de remuneração em 90% e 91% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025.							
7. Contas a receber	2025	2024					
Setor público	772	3.144					
Setor privado	126.787	114.811					
Mercado externo	279	4.277					
Mercado externo – Partes relacionadas (nota 20)	29.251	17.863					
Receitas apropriadas a faturar (*)	76.841	61.324					
Contas a receber	233.930	201.419					
Perda estimada	(10.875)	(7.641)					
Total circulante	223.055	193.778					
	2025	2024					
Contas a receber							
Setor público – Caixa	84.934	84.934					
Setor privado	139	249					
Receitas apropriadas a faturar	13.803	13.803					
Contas a receber (**)	98.876	98.986					
Perda estimada (títulos Caixa)	(34.640)	(34.640)					
Total não circulante	64.236	64.346					
(*) Referem-se às receitas de prestação de serviços, apropriadas contabilmente, mas ainda não faturadas. Para os contratos de longo prazo, a receita é apropriada mediante a evolução física apurada mensalmente em cada projeto, conforme o escopo contratado pelo cliente. O faturamento ocorre mediante a conclusão de fases pré-acordadas e ao final do projeto, por ocasião de sua homologação junto ao cliente. (**) Com relação aos títulos em aberto da Caixa indicamos que os mesmos dependem de um processo de arbitragem, que atualmente							
9. Imobilizado	Construções e edificações	Instalações	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de TI	Direito de uso	Imobilizado total
Saldo 31 de dezembro de 2023	18.324	4.404	1.923	5.995	19.042	23.970	73.658
Custo total	20.198	5.307	2.239	7.004	73.733	33.925	142.406
Depreciação acumulada	(1.874)	(903)	(316)	(1.009)	(54.691)	(9.955)	(68.748)
Valor residual Dezembro 2023	18.324	4.404	1.923	5.995	19.042	23.970	73.658
Aquisição	—	78	426	205	6.853	5.469	13.031
Baixa	(420)	—	(97)	4	(116)	—	(629)
Depreciação	(389)	(349)	(343)	(1.480)	(11.273)	(9.529)	(23.363)
Incorporação BSV	—	130	450	1.027	1.773	2.093	5.473
Saldo 31 de dezembro de 2024	17.515	4.263	2.359	5.751	16.279	22.003	68.170
Custo total	19.456	5.678	3.711	9.108	80.726	42.274	160.953
Depreciação acumulada	(1.941)	(1.415)	(1.352)	(3.357)	(64.447)	(20.271)	(92.783)
Valor residual Dezembro 2024	17.515	4.263	2.359	5.751	16.279	22.003	68.170
Aquisição	—	164	285	66	13.067	6.627	20.209
Baixa	—	—	(137)	—	(352)	—	(489)
Depreciação	(389)	(367)	(419)	(1.625)	(8.569)	(9.954)	(21.323)
Saldo 31 de dezembro de 2025	17.126	4.060	2.088	4.192	20.425	18.676	66.567
Custo total	19.456	5.993	3.629	6.299	62.790	42.633	143.500
Depreciação acumulada	(2.330)	(1.933)	(1.541)	(4.807)	(42.365)	(23.957)	(76.933)
Valor residual Dezembro 2025	17.126	4.060	2.088	4.192	20.425	18.676	66.567
10. Intangível	Ágio (i)	Software	Total				
Em 31 de dezembro de 2023	25.729	2.260	27.989				
Custo total	25.729	54.631	80.360				
Amortização acumulada	—	(52.371)	(52.371)				
Valor residual em 31 de dezembro de 2023	25.729	2.260	27.989				
Aquisição	—	8.754	8.754				
Amortização	—	(2.453)	(2.453)				
Incorporação BSV	—	65	65				
Em 31 de dezembro de 2024	25.729	8.626	34.355				
Custo total	25.729	26.325	52.054				
Amortização acumulada	—	(17.699)	(17.699)				
Valor residual em 31 de dezembro de 2024	25.729	8.626	34.355				
Aquisição	—	1.078	1.078				
Amortização	—	(2.887)	(2.887)				
Em 31 de dezembro de 2025	25.729	6.817	32.546				
Custo total	25.729	24.477	50.206				
Amortização acumulada	—	(17.660)	(17.660)				
Valor residual em 31 de dezembro de 2025	25.729	6.817	32.546				
(i) Refere-se a ágio pago por expectativa de rentabilidade futura na aquisição de empresas nos exercícios de 2007, 2009 e 2010, que foram posteriormente incorporadas pela Capgemini Brasil Ltda.							
Testes do ágio para verificação de impairment: A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. A Empresa utilizou a taxa de crescimento perpétua de 5,6%. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes. A Empresa utilizou a taxa de desconto de 12,5%. O ágio é alocado a uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para a Unidade Geradora de Caixa que deve se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificados de acordo com o segmento operacional. O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. A Empresa atualmente faz o teste de impairment em cumprimento do CPC 01 para o ágio e não foi identificado necessidade de impairment. 11. Fornecedores – risco sacado – Entre o período de 13 de outubro 2025 até 12 de dezembro de 2025, a Empresa celebrou acordos de financiamento de fornecedores com término em 16 de fevereiro de 2026, junto a determinadas instituições financeiras. Nos termos desses acordos, as instituições financeiras adquirem os direitos sobre contas a pagar aos fornecedores. Os termos e condições dos acordos foram mantidos com relação às contas a pagar da Empresa junto a esses fornecedores, no que se refere a data de vencimento, a mesma segue as regras definidas em contrato junto aos mesmos.							
31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	1º de janeiro de 2024					
Saldo de fornecedores com acordo de financiamento – risco sacado	2.664	748	1.505				
Valores recebidos pelos fornecedores junto às instituições financeiras que fazem parte do acordo de financiamento – risco sacado, em relação ao saldo em aberto mencionado acima	2.639	729	1.470				

encontra-se em fase de julgamento, sendo esperada a finalização durante 2026. Não há nesse momento, nenhum fato novo que altere a atual situação tanto do processo, quanto das provisões existentes e de nossa avaliação da recuperabilidade dos referidos títulos. Aproximadamente 90% do saldo em aberto em 31 de dezembro de 2025 refere-se a transações denominadas em reais (90% em 31 de dezembro de 2024). O contas a receber de clientes tem a seguinte composição por idade de vencimento em 31 de dezembro:

	2025	2024
Títulos a vencer	141.147	122.574
Títulos vencidos até 30 dias	3.374	4.573
Títulos vencidos de 31 a 60 dias	1.463	568
Títulos vencidos de 61 a 90 dias	564	685
Títulos vencidos de 91 a 120 dias	354	124
Títulos vencidos acima de 121 dias (*)	95.260	96.754
	242.162	225.278

(*) Refere-se, principalmente, a títulos em aberto com a Caixa. Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa possui um saldo contabilizado em relação a perdas esperadas no montante de R\$ 45.513 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 42.281), trata-se de títulos pontuais, vencidos a longa data, dos quais a Empresa entende serem passíveis de perda. Para os demais títulos vencidos e ainda não pagos, conforme análise realizada pela administração, não há expectativa de perdas. Adicionalmente a Empresa efetuou uma análise de perdas históricas e esperadas em linha com o CPC 48, e identificou os seguintes percentuais de perdas esperadas em seu Contas a receber:

Tipo de cliente	Perda últimos 5 anos		Receita últimos 5 anos		%
Privado	1.925	4.868.746	0,04%		
Público	—	691.662	0%		
Abaixo, a movimentação de perdas estimadas: Saldo de provisão para perdas estimadas em 31 de dezembro de 2023			(40.683)		
Adições			(1.648)		
Adições vindas por incorporação			(854)		
Reversão para perda			887		
Reversão por recebimento			17		
Saldo de provisão para perdas estimadas em 31 de dezembro de 2024			(42.281)		
Adições			(3.755)		
Reversão para perda			521		
Saldo de provisão para perdas estimadas em 31 de dezembro de 2025			(45.513)		

8. Impostos e contribuições a recuperar

	2025	2024
Ativo circulante		
IRRF sobre serviços e aplicações financeiras	20.624	20.969
Contribuição social retido sobre faturamento	9.402	8.157
Antecipação do IRPJ e da CSLL	—	6.458
ISS a recuperar	763	134
Total circulante	30.789	35.718

Adições
Reversão para perda
Saldo de provisão para perdas estimadas em 31 de dezembro de 2025 (45.513)
Total não circulante
ISSQN – sentença judicial transitada em julgado (i) 624 10.377
Total não circulante 624 10.377
Total não circulante 31.413 46.095

(i) No ano de 2009, a Empresa obteve sentença de mérito favorável à não incidência do ISSQN sobre a locação de equipamentos. Em 2022, na fase de liquidação de sentença, o MRJ opôs embargos de declaração que foram improcedidos, com decisão transitada em julgado. Desta forma, a Empresa reconheceu em 2022 a diferença de valores (principal e juros) e revertendo a provisão por não haver mais risco de realização deste ativo. A atualização monetária registrada em 2025 foi de R\$ 1.331 mil e o valor foi pago quase que integralmente em novembro de 2025 pelo MRJ, ficando um residual de R\$ 624 a ser pago até dezembro de 2026.

	2025	2024
Trabalhistas (*)	11.171	24.243
Fiscais e tributárias	47.422	40.390
Cíveis	20.262	18.499
	78.855	83.132

(*) A redução é devida a alteração da probabilidade de risco nos processos durante o exercício de 2025. **b. Responsabilidade dos acionistas anteriores:** Processos administrativos e judiciais, cujos fatos gerados sejam anteriores a outubro de 2010 são de responsabilidade dos acionistas da Empresa anteriores à entrada da Capgemini Latin America enquanto acionista (agora quotista), consoante acordo entre as partes, desta forma, eventuais perdas nesses processos não representam encargos para a Empresa e serão assumidos integralmente por esses acionistas. Com relação aos processos cuja responsabilidade é dos acionistas anteriores da Empresa, em 28 de agosto de 2015 foi registrado o depósito judicial no montante de R\$ 43.659 pago integralmente pelo antigo acionista. O processo refere-se ao auto fiscal lavrado em 2003 referente ao ano calendário 1999 (IRPJ, PIS e Cofins). A Empresa registrou o ativo e o passivo contingente simultaneamente e o mesmo é atualizado mensalmente, os quais estão apresentados no passivo pelo seu valor líquido dos depósitos judiciais. O registro da contingência e de depósito judicial está demonstrado no quadro acima na linha de "Contingências fiscais e tributárias". Em 31 de dezembro de 2025 o valor atualizado deste processo é de R\$ 80.251 (R\$ 78.827 em dezembro 2024). **c. Processos abertos no Tribunal de Contas da União (TCU):** Há em trâmite no TCU um processo que envolve indiretamente a Capgemini Brasil Ltda. Este processo destina-se à análise pontual dos termos do contrato firmado entre Caixa e Capgemini Brasil para a implementação de um ERP. Foram solicitadas informações sobre o contrato de ERP firmado com a Capgemini Brasil, bem como deferida medida cautelar para autorizar a retenção de valores contratuais devidos pela Caixa até que o mérito do caso seja julgado. Houve uma primeira decisão do processo em 05 de dezembro de 2023, por meio do Acórdão nº 11448/2023, que manteve a glosa do saldo contratual devido à Capgemini e determinou a abertura de Tomada de Contas Especial. A Capgemini apresentou embargos de declaração contra esse acórdão em 01/03/2024, que foram rejeitados em 25/09/2024 por meio do acórdão 6771/2021. Após, em 12/11/2024, a Capgemini apresentou pedido de reexame, que foi indeferido em 15/07/2025. A Capgemini Brasil não foi citada ou notificada sobre qualquer ação superveniente em relação ao débito vislumbrado. **17. Arrendamentos – (i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:** O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	2025	2024
Ativos de direito de uso		
Imóveis	11.344	12.093
Veículos	7.332	9.909
	18.676	22.002

Passivos de arrendamentos
Circulante 8.581 9.010
Não circulante 8.238 11.384
Total 16.819 20.394
(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado: A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	2025	2024
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (incluído em custos e despesas – encargo total de depreciação – Nota 9)	5.228	5.327
Imóveis	4.726	4.202
Veículos	9.954	9.529
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras – Nota 25)	(4.174)	(3.040)

Ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2024 **22.003**
Novos contratos de leasing 6.627
Depreciação (9.954)
Ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2025 **18.676**
Leasing a pagar (passivo de arrendamento)
Passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2024 **20.394**
Novos contratos de leasing 6.627
Juros 4.174
Pagamento (14.376)
Passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2025 **16.819**
18. Outras obrigações
Benefícios (seguro de vida, assistência médica, odontológica, vale-refeição) 21.735 17.509
Apropriação de custos (principalmente suporte técnico HW e SW) 9.348 10.419
Gastos gerais, estrutura e viagens 3.569 3.703
Gastos com consultoria (serviços de consultoria, advogados, auditoria) 11.964 14.218
Gastos com reestruturação 2.824 3.453
Outros (principalmente, provisões, treinamentos e impostos sobre serviços importados) (ii) 9.701 11.166
Total **59.141 60.468**

utilizados, conforme previsto na legislação. A adesão foi efetivada com sucesso, garantindo os benefícios legais da autorregularização, com significativa economia tributária decorrente da exclusão integral de encargos moratórios e punitivos.

15. Antecipação de clientes
Antecipação de clientes (*)
2025 2024
58.509 57.411
58.509 57.411

(*) Trata-se de valores recebidos de forma antecipada de clientes, que serão objeto de prestação de serviços nos próximos meses/períodos.

16. Provisão para contingências e depósitos judiciais

	Depósitos judiciais		Provisão para contingências	
	2025	2024	2025	2024
Contingências trabalhistas e previdenciárias	44.218	52.105	68.339	103.917
Contingências fiscais e tributárias	80.592	81.213	85.120	82.913
Reclamações cíveis	109	105	11.968	11.269
	124.919	133.423	165.427	198.099
Compensação com depósitos judiciais	—	—	(113.095)	(119.787)
	11.824	13.636	52.332	78.312

A movimentação da provisão para contingências, antes das compensações com os correspondentes depósitos judiciais, está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Em 31 de dezembro de 2023	234.548	13.778
Adições (*)	13.778	(49.485)
Baixa por pagamento (**)	(23.801)	(280,81)
Baixa por reversão (**)	3.043	20.016
Atualizações monetárias	198.099	198.099
Em 31 de dezembro de 2024	190.949	(44.017)
Adições (*)	10.949	(14.899)
Baixa por pagamento (**)	(44.017)	(14.899)
Baixa por reversão (**)	15.295	165.427
Atualizações monetárias	165.427	165.427

(*) As adições correspondem principalmente a novos processos e alterações na probabilidade da perda dos processos. (**) As baixas correspondem principalmente com ganhos de causas e alterações na probabilidade da perda dos processos. (***) Os pagamentos realizados referem-se, principalmente, a acordos trabalhistas. A Empresa é parte envolvida em diversos processos na esfera administrativa e judicial e consequentemente poderá assumir contingências decorrentes dessas operações. Por ser uma Empresa de prestação de serviços de tecnologia de informação e, portanto, dependente de capital humano, a Empresa está sujeita a contingências decorrentes da sua estrutura de remuneração. A Administração mantém um critério uniforme para a quantificação das contingências prováveis relacionadas às questões

... continuação

Capgemini Brasil Ltda.

26. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido - a. Demonstração do cálculo dos créditos tributários (encargos) com imposto de renda e contribuição social corrente

Table with columns for 2025 and 2024 showing tax and social contribution calculations.

para compensação com lucros tributáveis futuros limitada anualmente a 30% do lucro apurado. Utilizando-se as vigentes alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, esse benefício totalizaria cerca de R\$ 584.683, que será registrado contabilmente quando a Empresa atender a premissa requerida para tal registro.

d. Aplicação das regras fiscais do Modelo Pilar Dois da OCDE: Em dezembro de 2024 foi publicada a Lei no 15.079/2024, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, instituindo no Brasil o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para empresas multinacionais que estejam no escopo do Pilar Dois, como parte da adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras GloBE). O Adicional da CSLL no Brasil reflete a adoção da regra do Tributo Complementar Mínimo Doméstico Qualificado (QDMTT) e visa garantir uma tributação mínima efetiva de 15% sobre os lucros gerados por empresas brasileiras que fazem parte de grupos econômicos multinacionais.

Summary table for tax and social contributions with columns for Arrrendamentos, Fornecedores - risco sacado, Total da Dívida, Caixa e equivalentes, and Dívida líquida.

29. Outras informações - a) Cobertura de seguros: A Empresa mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes pelos departamentos técnicos e operacionais para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (a avaliação de suficiência de seguros não fez parte do escopo da auditoria), conforme demonstrado a seguir:

Table showing insurance coverage details including Prêmio (iii) and Limite máximo de indenização.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

27. Benefícios aos empregados - A Capgemini Brasil Ltda. é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas pela Empresa, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento Exclusivo.

(i) Seguro contra perdas em projetos ou processo judicial (ii) Seguros contratados para indenizar os beneficiários por eventuais prejuízos incorridos em função da impossibilidade de prestar serviços contratados; erros operacionais; propriedades e outros (iii) Os prêmios pagos antecipadamente são contabilizados na conta de despesas antecipadas e amortizados pelo prazo de vigência das apólices de seguros.

Table with names of financial directors: Adriano Duarte Contrera, Denis Ronam Genter Junqueira, João Leonardo da Silva Gomes Figueira, and Deise Regina Gallo da Silva.

c. Créditos tributários: Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa possuía prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, sem prazos de prescrição e não registrados contabilmente, nos montantes acumulados de aproximadamente R\$ 1.690.244 e R\$ 1.801.354 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 1.701.795 e R\$ 1.813.430), respectivamente.

auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



São Paulo, 17 de abril de 2026
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 000.160/O-5
Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP 168.728/O-4

Editora Schwarcz S.A.

CNPJ/MF nº 55.789.390/0001-12

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Colocamos-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares.

Main financial reporting section containing: Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024; Balanço Patrimonial; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração do Resultado; Demonstrações de Resultados Abrangentes; Demonstração dos Fluxos de Caixa; and Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Contexto operacional, Apresentação das demonstrações financeiras).

NEGÓCIOS

Prejuízo dos Correios triplica e chega a R\$ 8,5 bi em 2025



Os Correios tiveram um prejuízo de R\$ 8,5 bilhões em 2025, mais do que o triplo do resultado negativo registrado no ano anterior, após uma queda na receita total. O resultado foi divulgado durante entrevista coletiva nesta quinta-feira (23), em que o presidente da empresa, Emmanoel Rondon, mostrou os resultados do plano de reestruturação da estatal e minimizou a adesão abaixo da meta ao PDV (Programa de Desligamento Voluntário).

O plano de reestruturação dos Correios foi anunciado no fim de 2025 como contrapartida para um empréstimo de R\$ 12 bilhões concedido pelos cinco maiores bancos do país, com o objetivo de salvar as

contas da empresa. Em caso de inadimplência da estatal, a União, que dá garantia ao empréstimo, vai arcar com os pagamentos.

O PDV, uma das apostas da estatal para reduzir as despesas, teve a adesão de apenas 32% da meta estipulada pela diretoria, com a demissão de 3.181 funcionários.

Os Correios encerraram o ano com um patrimônio líquido negativo de R\$ 13,1 bilhões. A receita bruta total foi de R\$ 17,3 bilhões em 2025, uma queda de 11,35% em relação a 2024, quando o prejuízo foi de R\$ 2,6 bilhões.

O plano original dos Correios era alcançar 10 mil empregados, o equivalente a 12,7% do total de funcionários da empresa. O prazo

para aderir foi, inclusive, prorrogado em uma semana para atrair mais pessoas, mas a meta ainda assim não foi atingida.

No PDV de 2024 e 2025, foram 3.756 desligamentos. De acordo com a empresa, a medida representou uma economia de R\$ 147,1 milhões em 2025 e de R\$ 775,7 milhões em 2026. O período da adesão, no entanto, foi de 12 meses, maior do que o deste ano, que durou apenas dois.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, a empresa projetou uma economia de R\$ 1,4 bilhão para 2027, se a meta de 10 mil adesões ao PDV fosse atingida. Mas, segundo a estatal, a economia com os 3.181 desligados será equivalente a 40% da meta projetada.

Folhapress

Uso de canetas emagrecedoras leva Supermercados a reverem produtos oferecidos, diz setor

A ampliação do uso de “canetinhas” associadas à saúde e ao bem-estar já começa a influenciar o comportamento do consumidor e leva o varejo alimentar a avaliar ajustes no mix de produtos, segundo o vice-presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), Marcio Milan. “Esse movimento leva o supermercado a observar como o consumidor está mudando suas escolhas”, afirmou Milan, em entrevista à imprensa nesta quinta-feira, 23.

Segundo ele, o setor já observa um movimento de busca por dados e informações para orientar decisões sobre portfólio e sortimento, embora as mudanças ainda estejam em estágio inicial.

Segundo dados da Abras, o consumo nos lares brasileiros cresceu 3,2% em março na comparação com igual mês do ano passado. O indicador avançou 6,21%

ante fevereiro e encerrou o primeiro trimestre com alta acumulada de 1,92%.

O desempenho foi influenciado pela antecipação de compras para a Páscoa, celebrada no início de abril, além do efeito-calendário de fevereiro, mês com menor número de dias. Parte relevante do consumo ficou concentrada na última semana de março.

O avanço ocorreu em um contexto de maior disponibilidade de renda, com a liberação de recursos como Bolsa Família, PIS/Pasep, restituições do Imposto de Renda e pagamentos do INSS.

“Mesmo em um cenário favorável para a renda das famílias, o setor mantém foco em competitividade de preços, eficiência operacional e planejamento, diante de eventuais pressões logísticas e de custos no ambiente internacional”, afirmou Milan.

IstoÉDinheiro

Venda de carros eletrificados quase dobra no Brasil com impulso chinês



O segmento de carros eletrificados (elétricos e híbridos, que combinam motor elétrico e o tradicional) registrou no primeiro trimestre deste ano um salto no número de vendas e vem ampliando sua fatia no mercado automotivo. Especialistas apontam impacto positivo da chegada de novas montadoras no Brasil, especialmente as de marcas chinesas, e da redução da resistência de brasileiros com a nova tecnologia.

Segundo um levantamento feito pela K.Lume Consultoria Automobilística com dados da ABVE (Associação Brasileira do Veículo Elétrico), no primeiro trimestre deste ano, mais de 95 mil veículos eletrificados foram emplacados no Brasil. O número abrange carros

e comerciais leves que são elétricos, híbridos, híbridos leves e híbridos plug-in. O resultado representou um aumento de 88% na comparação com os três primeiros meses de 2025.

Na mesma base comparativa, o crescimento nas vendas de veículos a combustão foi de apenas 7%, de acordo com a K.Lume.

Milad Kalume, diretor-executivo da K.Lume, diz que atualmente os carros eletrificados possuem uma fatia de cerca de 15% nas vendas de veículos no Brasil. A expectativa da consultoria é que esse percentual feche o ano entre 15% e 17%.

Ele cita a evolução do mercado, com a chegada de novas marcas, como um dos fatores para o crescimento das vendas no país. Diz também que o aumento do

preço do combustível gerado pelos efeitos da guerra no Irã pode incentivar o consumidor a comprar um carro elétrico para escapar da gasolina mais cara.

Na opinião de Kalume, a aceitação de carros elétricos no país vem crescendo nos últimos anos e agradando até públicos mais resistentes à tecnologia. A aposentada Jaíra Vasconcelos, 67, decidiu há cerca de dois meses que queria trocar seu carro, um Fiat Fastback. Ela afirma que, à época, não sabia nem a diferença entre um carro elétrico e híbrido, mas depois de pesquisas, conversas com um vizinho que tem um carro elétrico e um test drive, foi à concessionária e comprou um Ora GT, hatch totalmente elétrico da chinesa GWM, por R\$ 189 mil.

Folhapress